

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DANIEL DA SILVA TARANTA

**Pela liberdade de sermos individualmente diferentes e pela
garantia de sermos socialmente iguais: a normalização na
gênese e manutenção das relações de poder em Foucault.**

São Paulo

2022

DANIEL DA SILVA TARANTA

**Pela liberdade de sermos individualmente diferentes e pela
garantia de sermos socialmente iguais:** a normalização na
gênese e manutenção das relações de poder em Foucault.

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Gustavo Martineli Massola

São Paulo
fev/2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Taranta, Daniel da Silva

Pela liberdade de sermos individualmente diferentes e pela garantia de sermos socialmente iguais: a normalização na gênese e manutenção das relações de poder em Foucault. / Daniel da Silva Taranta; orientador Gustavo Massola. – São Paulo, 2022.

91 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Poder. 2. Processos Sociais. 3. Movimentos Sociais. 4. Normas Sociais. 5. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Massola, Gustavo, orient. II. Título.

TARANTA, Daniel da Silva. **Pela liberdade de sermos individualmente diferentes e pela garantia de sermos socialmente iguais:** a normalização na gênese e manutenção das relações de poder em Foucault. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico esse trabalho à memória daqueles que lutaram e abriram novos caminhos para as lutas de hoje; e àqueles que hoje lutam e abrem caminhos para as lutas de amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro ao meu orientador, Gustavo Martineli Massola, cuja modéstia nunca vai permitir todos os elogios que eu continuarei fazendo. Agradeço pelas conversas formais de orientação, mas, principalmente, pelas conversas informais que mais do que me explicar sobre os aspectos técnicos, me ensinou como acontece o trabalho acadêmico e docente.

Agradeço à minha companheira, Fernanda Lopes de Oliveira, que me ajudou de tantas maneiras direta e indiretamente, desde reencontrar minhas motivações quando eu as tinha perdido de vista, do suporte em diversos aspectos e em tantos momentos que eu nem poderia citar, na revisão da redação e, principalmente, por tantas experiências e reflexões sobre a vida.

Agradeço também, de uma forma geral, aos professores que se ocupam para além de suas atribuições profissionais de lecionar uma matéria, que se dedicam a ensinar de uma forma que promova a formação de um pensamento crítico e uma autonomia intelectual. No meu caso, esse agradecimento seria para muitos, mas em relação a esse trabalho é direcionado à Luciana Chauí Berlinck Sanchez, que dedicou seu tempo para me apresentar Foucault em conversas de corredor e sua paciência para me explicar a importância dele quando eu tive dificuldades em compreender, plantando a semente que germinou e da qual esse trabalho é fruto.

Por fim, agradeço aos diversos colegas e pessoas que encontrei pelo caminho que dedicam boa parte do seu tempo em compreender as dinâmicas sociais e oferecer trocas riquíssimas. Em especial ao Claudiney Procópio dos Santos Alberto, que durante muitos anos também insistiu tanto em me mostrar a importância de ler mais profundamente Foucault, além de tantas outras conversas sobre outros temas e por toda a amizade.

Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for sua liberdade, maior e mais profunda se tornará minha liberdade. [...]

É preciso que compreenda que não existe liberdade sem igualdade e que a realização da maior liberdade na mais perfeita igualdade de direito e de fato, política, econômica e social ao mesmo tempo, é a justiça.

(BAKUNIN, 2002, p. 47)

RESUMO

Esse trabalho se propõe a percorrer as principais obras de Foucault para compreender suas conceituações sobre o poder a fim de entender como se dá sua dinâmica em nossa sociedade. O objetivo é refletir sobre quais seriam as possíveis similaridades entre tantas relações de poder que incidem em nossas vidas e contra as quais diversos movimentos sociais se insurgem. Para isso, inicialmente será apresentada uma brevíssima contextualização biográfica e acadêmica sobre este filósofo a fim de compreender como ele chegou a se dedicar a este tema. Em seguida, serão apresentadas suas elaborações que precederam e o levaram ao estudo do poder: sua arqueologia do saber. A partir disso discorreremos sobre suas elaborações a respeito de como o poder normalizador sedimentou-se em nossa sociedade com o capitalismo e a ascensão da burguesia ao poder. Será discorrido sobre a disciplina, a microfísica do poder e a biopolítica, mostrando como elas compõem esse biopoder que busca gerir a vida das pessoas pela normalização, produzindo subjetividades politicamente dóceis e sujeitos economicamente úteis. Por fim, serão apresentadas reflexões sobre as lutas sociais e como podemos compreender a dinâmica poder-lutas, buscando encontrar possíveis aspectos gerais deste poder independente da forma ou dispositivo pelo qual se manifeste.

Palavras chave: relações de poder, biopoder, luta social, normalização, Foucault

ABSTRACT

This thesis objective is to go through Foucault's main works to understand his conceptualizations about power in order to understand how its dynamics takes place in our society, with the objective of reflecting upon which would be the possible similarities among so many power relations that affect our lives and against which different social movements rise. For this, initially, a very brief biographical and academic contextualization about this philosopher will be presented in order to understand how he came to dedicate himself to this theme. Then, his elaborations that preceded it and led him to the study of power will be presented: his archeology of knowledge. From this point on, his elaborations on how the normalization power was sedimented in our society with the capitalist system and the rise of the bourgeoisie to power will be discussed. The discipline, the microphysics of power and biopolitics will be discussed, showing how they make up this biopower that seeks to manage people's lives by producing politically docile subjectivities and economically useful subjects. Finally, reflections on social struggles and how we can understand the power-struggle dynamic will be presented, seeking to find possible general aspects of this power, regardless of the form or apparatus by which it manifests itself.

Key words: power relations, biopower, social struggles, normalization, Foucault

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	9
2) FOUCAULT E O PODER	13
2.1) A questão do poder para Foucault	13
2.2) Um breve contexto biográfico	16
3) DA ARQUEOLOGIA DO SABER AO ESTUDO DO PODER	19
3.1) A Arqueologia do Saber	19
3.2) A investigação das descontinuidades	21
3.3) A Ordem do Discurso	23
4) AS MUDANÇAS NORMALIZADORAS NA SOCIEDADE APÓS O SÉCULO XVIII	24
4.1) O nascimento da medicina moderna	24
4.2) O nascimento da sociedade normalizadora	27
4.3) O nascimento do sistema jurídico moderno	29
5) A DISCIPLINA	35
5.1) Corpos dóceis	35
5.2) As técnicas da Disciplina	38
5.2.1) A arte das distribuições	38
5.2.2) O controle da atividade	40
5.2.3) A organização das gêneses	42
5.2.4) A composição das forças	43
5.3) Os múltiplos dispositivos de poder	44
5.4) O Sujeito como produto do poder	44
5.5) Os recursos para um bom adestramento	47
5.6) A Diversidade Organizada	50
6) A MICROFÍSICA DO PODER	53
6.1) A rede de poderes	53
6.2) A capilarização do poder	56
7) BIOPOLÍTICA	59
7.1) A política da vida	59
7.2) A Normalização na gênese e manutenção das relações de poder	60
7.3) O Racismo de Estado	63
7.4) As discriminações normalizadas	67
8) LUTAS CONTRA O PODER	71
8.1) O Sujeito Livre como prerrogativa do poder normalizador	71
8.2) As lutas contrapoder	74
8.3) O inimigo-mor	76
9) CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	89

1) INTRODUÇÃO

Essa pesquisa irá percorrer algumas obras de Foucault para compreender como o poder se dá em nossa sociedade. Serão ressaltadas similaridades entre as várias relações de poder que afetam nossas vidas e contra as quais diversos movimentos sociais se insurgem. A partir disso, serão propostas reflexões sobre a possibilidade de articulações entre lutas diversas em torno de uma busca comum.

Atualmente, uma série de debates a respeito das pautas de lutas sociais diversas passaram a estar mais presentes na vida cotidiana de uma maneira e com uma intensidade que a sociedade não conhecia até então. Pautas que não são novas, mas que a internet possibilitou serem diretamente comunicadas e debatidas sem eventuais distorções dos dispositivos midiáticos, abrindo possibilidades para um amplo debate mais livre e muito mais acessível a quem tem interesse, atraindo uma diversidade de pessoas que antes não teriam condições favoráveis para se engajarem.

Por existirem diferentes lutas, cada uma tem suas características únicas e distintas. Cada uma tem uma história e uma realidade próprias, bem como questões específicas, tanto a respeito da própria luta quanto em relação aos mecanismos de poder que combatem. Inclusive, há também diferentes lutas contra os mesmos mecanismos de poder, pois há visões, abordagens e grupos de pessoas muito diversos, cada qual configurando-se a partir de suas particularidades em relação à compreensão dos problemas e da própria luta que travam contra eles.

Porém, segundo uma visão foucaultiana, todas são lutas contra relações de poder, todas lutam pela liberdade do ser e pela igualdade social. Foucault nos mostra o poder como uma característica presente nas mais diversas relações sociais e em configurações e níveis tão variados quanto a diversidade de relações que estabelecemos no nosso dia a dia. Mesmo sabendo que cada relação de poder tem suas particularidades, podemos notar algumas similaridades em seus funcionamentos gerais.

Do mesmo modo, assim o são as lutas. Em determinados momentos há uma expressa aproximação entre lutas diversas, por outro lado, em alguns momentos, há também um certo afastamento. Há afastamentos estratégicos necessários ou sobre

questões muito específicas que fazem sentido de serem debatidas isoladamente. Porém, algumas vezes, há também afastamentos por falta de articulações em torno de temas que poderiam ser comuns: aqueles relacionados às mecânicas gerais das relações de poder.

Obviamente, diferentes dispositivos de poder incidem de maneiras diferentes na sociedade, o que, por consequência, gera distintas reações de enfrentamento. Portanto, para compreender o que essas lutas têm em comum e quais são suas particularidades, é necessário compreender as similaridades e especificidades entre as várias relações de poder. É preciso refletir não somente sobre as lutas, mas, principalmente, sobre os dispositivos de poder contra os quais essas lutas se opõem.

Sendo assim, essa pesquisa apresenta-se como uma dissertação sobre o poder em Foucault, revisando suas conceituações que possam nos ajudar a pensar as possibilidades de articulações entre lutas sociais diversas em torno de um mesmo objetivo; destacando os campos em comum entre os diversos dispositivos de poder que operam em nossa sociedade, identificando elementos em comum entre diversas e distintas relações de poder e, conseqüentemente, possibilidades de conexões entre lutas contra dispositivos distintos.

Neste sentido, esse trabalho é direcionado às pessoas que direta ou indiretamente lutam contra relações de poder em nossa sociedade. O texto prioriza contextualizar o público leigo em relação a Foucault e aprofunda-se apenas nas elaborações cruciais para atingir seu objetivo, a fim de ser o mais acessível ao maior número de pessoas para além dos muros da academia.

As obras eleitas para guiar essa leitura foram as seguintes:

- a) A História da Loucura (1978), publicada originalmente em 1961;
- b) A Arqueologia do Saber (2008a), publicada originalmente em 1969;
- c) A Ordem do Discurso (1996), publicada originalmente em 1971;
- d) Vigiar e Punir (1987), publicada originalmente em 1975;
- e) Em Defesa da Sociedade (1999), curso ministrado em 1976;
- f) Microfísica do Poder (1979), publicada originalmente em 1977;
- g) O Sujeito e o Poder (1995a), publicada originalmente em 1982.

As demais obras citadas serviram principalmente como apoio para a compreensão das elaborações desenvolvidas a partir dessas obras selecionadas.

Para atingir esse objetivo, antes de refletir sobre os estudos de Foucault a respeito do poder, é importante entender como e porque ele se dedicou a estudar esse tema e qual foi o método que ele precisou criar para isso. A partir deste ponto, podemos buscar compreender a evolução de suas conceituações sobre o poder ao longo de sua obra. Ao final, então, poderemos refletir sobre as estruturas do poder e as características das lutas contrapoder.

Inicialmente, Foucault não tinha em seu horizonte estudar o poder, ele se viu impelido a isso. Seu interesse era estudar e compreender os processos pelos quais nos tornamos sujeitos na sociedade em que vivemos. Porém, ao começar a estudar este tema, deparou-se com o fato de que dispositivos de poder diversos incidem sobre esse processo de forma determinante. Então, para compreender em toda sua complexidade os processos pelos quais nos tornamos sujeitos, Foucault sentiu a necessidade de entender os dispositivos de poder que atuam sobre eles.

Sua primeira preocupação foi com o método: Foucault percebeu que para buscar uma compreensão ampla sobre as coisas como elas são, precisaria compreender como elas se tornaram o que são, não necessariamente as coisas em si, mas as formas como as compreendemos e as definimos. Ou seja, se em algum momento temos determinada compreensão sobre algo, essa compreensão nem sempre foi a mesma. Em diferentes períodos e locais, fizemos diferentes formulações sobre as coisas. Foucault considera importante conhecer as particularidades sócio-históricas para podermos entender como e porque as formulações atuais se configuraram como são e, com isso, poder conhecer a coisa em uma complexidade para além das postulações dadas nos discursos atuais.

Ele iniciou estudando os dispositivos da medicina e como eles serviram como dispositivos de poder. Estudou a história da medicina e suas mudanças ao longo do tempo, considerando mais do que apenas os aspectos técnicos, mas também como essa evolução da medicina e seu atual *status quo* foram fortemente influenciados pelo lugar que ela ocupou em um sistema de poderes que teve um papel fundamental nas maneiras de gerir a população. O mesmo também ocorreu com os sistemas jurídicos – igualmente estudados por ele.

Porém, apesar de ter iniciado seus estudos a partir de dispositivos centralizadores de poder, Foucault passou a perceber que as manifestações centralizadas do poder não são a principal forma que ele incide no corpo social. Começou a notar que o poder se apresenta muito mais fortemente em sua forma capilarizada, como sendo uma característica presente nas relações humanas e tão diversa quanto elas, por isso passa a chamá-las de relações de poder. Mesmo em situações em que há dispositivos com características centralizadoras, esse poder se expande para além desta centralidade e adota novas formas regionais com características de independência e muito mais impactantes na vida cotidiana. O poder passa, então, a funcionar em rede, presente nas próprias redes das relações sociais, onde o indivíduo é alvo do poder e, ao mesmo tempo, centro de sua transmissão.

Essas formas capilarizadas de poder, esse micropoder, Foucault chama de Disciplina, ou poder disciplinar. Um poder que é exercido sutilmente no cotidiano através das mais diversas relações sociais, através de alguns dispositivos centralizadores e, principalmente, através de dispositivos capilarizados. Uma forma de poder que conduz os indivíduos a se identificarem com suas determinações e se tornarem sujeitos de acordo com os interesses desse poder, dentro de uma diversidade de possibilidades, porém todas de acordo com os dispositivos de poder vigente. Uma forma de gerir a vida social, direcionando suas ações de maneira a tirar o maior proveito e, ao mesmo tempo, docilizando os sujeitos. Desta maneira, diminuindo suas forças de insurreição, buscando fazer com que os sujeitos sejam economicamente produtivos dentro de funções de interesse ao poder e dóceis frente às questões políticas.

Para conseguir isso, o poder apóia-se mutuamente no saber. É pelos domínios dos saberes que os poderes se justificam e se instrumentalizam, ao mesmo tempo em que os saberes são reconhecidos e promovidos pelos dispositivos de poder em uma relação mútua.

Foucault passa a definir, então, a Biopolítica. De modo análogo à Disciplina que age no indivíduo conduzindo-o a tornar-se sujeito de acordo com os interesses do poder, a Biopolítica age sobre a população, sobre o corpo social, conduzindo-o de acordo com seus interesses, gerindo a vida da sociedade.

Tanto Disciplina quanto Biopolítica funcionam em rede, na malha das relações cotidianas. Nessa rede de diversos dispositivos de poder, eles se apoiam mutuamente, fortalecendo a rede e, conseqüentemente, a si mesmos.

Porém, onde há poder há possibilidade de resistir a ele. Em todo dispositivo de poder há certo grau de insurreição, de resistência, de movimento contrapoder. Foucault analisa as formas de poder e contrapoder como duas faces de uma mesma moeda, pólos opostos de uma tensão que só existe pela existência de seu polo oposto. Sendo assim, não é possível estudar um sem, obrigatoriamente, estudar o outro. O estudo sobre poder e o estudo sobre as lutas contrapoder são necessariamente a mesma coisa, impossível de analisar um sem estar ao mesmo tempo analisando o outro.

Essas são as elaborações de Foucault que serão discutidas nos próximos capítulos, trilhando esse caminho ao longo das obras selecionadas a fim de subsidiar as reflexões a respeito das lutas sociais e as relações de poder contra as quais se opõem; com o objetivo de compreender os aspectos em comum entre dispositivos de poder distintos e, vice-versa, aspectos em comum entre diferentes lutas sociais contra diferentes dispositivos.

2) FOUCAULT E O PODER

2.1) A questão do poder para Foucault

Foucault é um dos autores mais importantes ao se estudar poder, porém, não há em sua obra um postulado sobre o poder. Na verdade, Foucault sempre foi avesso a fazer postulados, as ideias elaboradas por ele são desenvolvidas ao longo de seus escritos, na medida em que seus estudos vão acontecendo. Por isso, como ele mesmo reconheceu, suas conceituações sobre poder não são tão explícitas (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. X). É necessário conhecer o percurso que seus pensamentos fazem para conseguir ter uma compreensão ampla sobre o que ele foi desenvolvendo à medida que estudava assuntos diversos.

Há alguns anos, em uma conferência, Roberto Machado (2015)¹ disse que as elaborações propostas por Foucault seguem uma trajetória ao longo de seu trabalho, onde aparecem como projetos em constante transformação até se integrarem em algo novo e diferente. Sua obra é multifacetada, quase fragmentada, mas mantendo fios de ligação entre as ideias e concepções desenvolvidas (OKSALA, 2011). Ele muda de objeto de estudo algumas vezes, sem ser um problema deixar de estudar um assunto e começar a estudar outro que se apresentou mais interessante ou mais pertinente. Por todos esses motivos, compreender as conceituações elaboradas por Foucault é uma tarefa complexa que, em alguns aspectos, divide opiniões entre grandes estudiosos que se dedicam a este autor.

É isso que essa dissertação se propõe a fazer, percorrer parte da obra de Foucault – focando onde ele desenvolve conceitos chave sobre o poder – para conseguir compreender quais elaborações podemos fazer partindo de seu pensamento e que podem estar contidas nele.

Várias vezes Foucault disse que seus livros deveriam ser como caixas de ferramentas. É neste sentido que serão utilizados aqui, buscando neles possíveis ferramentas para pensar sobre as relações de poder e lutas contrapoder contemporâneas.

Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam... pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006, p.52).

Foucault estudou muitos assuntos, mas ao final de sua vida dizia que seu objetivo foi estudar o sujeito, "criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos" (FOUCAULT, 1995a, p. 231). Contudo, durante seus estudos, ele se dedicou muito a compreender o poder,

¹ Informação fornecida por Roberto Machado durante a conferência Michel Foucault e a Diferença, Goiás, 2015.

o poder foi por muito tempo seu objetivo de estudo central, assim como também dedicou-se muito tempo a pensar sobre os métodos de análise.

Na sequência da citação anterior, após dizer que sua questão era o sujeito, ele continua explicando que percebeu que "enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas" (FOUCAULT, 1995a, p. 231). Portanto, foi inevitável se dedicar às relações de poder para conseguir chegar à compreensão dos processos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos.

Para Foucault, a palavra sujeito deve ser compreendida com dois significados: "sujeito a alguém pela dominação ou dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a" (FOUCAULT, 1995a, p.235). Para Foucault, a subjetividade está também relacionada ao poder, produto de um poder que conduz a nos identificarmos de determinadas maneiras e desenvolvermos nossa subjetividade de acordo com o que é imposto. Desta maneira, estar preso a essa subjetividade é também uma forma de sujeição ao poder. Mas ele também considera as possibilidades de desenvolvermos "novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto" (1995a, p. 239). Desta maneira, para Foucault, o sujeito é um produto resultante da interação com as relações de poder, seja sujeitando-se a elas ou libertando-se delas em um movimento de contrapoder.

Sendo assim, ele mesmo diz que suas motivações para adotar o poder como objeto central de seus estudos foram apenas inevitáveis para conseguir chegar a compreender as questões do sujeito que sempre lhe interessaram – mesmo que essas questões só puderam ser elaboradas e compreendidas por ele desta maneira já no final de sua vida, após ter percorrido um longo caminho durante o qual suas questões haviam sido outras ou elaboradas de outras maneiras por ainda não ter a compreensão que passou a ter posteriormente.

2.2) Um breve contexto biográfico

A biografia de Foucault nos ajuda a perceber o seu interesse em estudar como nos tornamos sujeitos. Além de se graduar em Filosofia, pouco tempo depois se graduou, se especializou e fez seu mestrado em Psicologia. Chegou a atuar como psicólogo e ministrar aulas de Psicologia antes de se consagrar em seu caminho na Filosofia pelo qual o conhecemos hoje, a partir do seu doutorado. A Psicologia, Psicanálise e Psiquiatria sempre foram de grande interesse a ele, mas não encontrou nelas e nem na Filosofia respostas suficientes para suas inquietações, o que o fez seguir por um caminho novo e próprio. Obviamente um caminho a partir de toda a bagagem que ele acumulou ao estudar outros pensadores e em articulação com muitos deles, mas que também vai além, desenvolvendo conceitos que outros ainda não tinham explorado do modo como Foucault passou a explorar.

De acordo com seu biógrafo, Didier Eribon (1990), Foucault nasceu em uma família de várias gerações de médicos renomados. Seu pai foi um cirurgião condecorado, mas desde criança Foucault não queria seguir a tradição familiar, dizendo que queria ser professor de História. Sua propensão em estudar humanidades se sustentou para depois da infância até a vida adulta, o que contrariou seu pai, mas teve apoio de sua mãe. Na escola sempre teve grande afinidade por história e línguas e, mais tarde, com a Filosofia.

Durante parte de sua infância e adolescência, ocorreu a segunda guerra mundial. Quando a França foi invadida pelos nazistas, a cidade de Foucault foi ocupada por eles e sua casa estava na zona de risco de bombardeios. As experiências decorrentes da guerra foram bastante marcantes para Foucault. Dois de seus professores de Filosofia foram presos pelos nazistas, um deles do qual nunca mais tiveram notícias. Em 1978, em uma entrevista, Foucault (1994b, p. 49, tradução nossa) diz: “A experiência da Guerra nos demonstrou a necessidade e urgência de uma sociedade radicalmente diferente da que vivemos. Essa sociedade que permitiu o nazismo”.

A primeira vez que tentou entrar na *École Normale Supérieure*, uma renomada instituição de ensino superior da França, Foucault não foi aceito. Foi,

então, fazer estudos preparatórios em Paris, onde estudou autores que não havia estudado antes e pelos quais desenvolveu grande interesse, em especial Hegel, que lhe foi apresentado pelo professor Jean Hyppolite de uma maneira muito inspiradora, sedimentando seu interesse pela Filosofia (ERIBON, 1990).

Em 1946, com 19 anos, Foucault foi aceito na *École Normale Supérieure*. Esse passa a ser um período difícil para ele. Muito solitário, dedica-se quase exclusivamente aos estudos. Chega a tentar o suicídio algumas vezes. Sendo um jovem homossexual em uma época que a homossexualidade era considerada uma transgressão grave, este talvez tenha sido um dos motivos para ter se tornado recluso.

Em meio a todo esse contexto conturbado, desenvolve interesse pela Psicologia e Psicanálise, sem abandonar seus estudos em Filosofia. Porém, após conseguir seu diploma em Filosofia, segue para formação em Psicologia, onde se graduou, especializou e fez seu mestrado. Passou a dar aulas de Psicologia na *École Normale Supérieure* e em outras instituições. Chegou a publicar em 1954 o livro *Doença Mental e Personalidade*, que em 1962, por pressão do editor, teve sua segunda edição publicada, mas com a segunda parte inteiramente reescrita e o nome modificado para *Doença Mental e Psicologia* (DEFERT, 1999). Durante esse período entre as duas publicações, Foucault já estava se afastando da Psicologia e voltando-se novamente à Filosofia, pois, após a publicação da primeira edição, passou a entender que a Psicologia, Psicanálise ou Psiquiatria não davam conta de explicar a loucura, elas apenas a definiam dentro de seus termos próprios – uma loucura que passou a existir como tal a partir do momento que assim foi nomeada, mas que em outros momentos foi entendida de formas diferentes, portanto, não necessariamente se resumiria ao discurso corrente.

Passou a perceber que o discurso científico vigente assumia um status de Verdade que se bastava, podendo ignorar outros aspectos e passando a definir as coisas e as pessoas de acordo com as doutrinas deste conhecimento. Suas ideias iniciais começam a evoluir para o que posteriormente vai se tornar o seu livro *A História da Loucura*, lançado em 1961, mas sem conseguir evitar a segunda edição da primeira obra – que, posteriormente, Foucault renega por considerar que não

trata o assunto como deveria ser tratado, algo que ele considera ter conseguido fazer em *A História da Loucura* (ERIBON, 1990).

Hoje, *A História da Loucura* é considerada a primeira obra de Foucault, assim como o próprio autor considerava. É o primeiro livro no qual ele apresenta os caminhos pelos quais vai trilhar e o início de sua filosofia própria. É um livro que inicialmente não teve tanta visibilidade, mas que a partir de 1968 passou a ser relido por militantes e teve uma nova importância para a sociedade e para o próprio autor.

Essa releitura que até hoje ajuda a respaldar movimentos antimanicomiais é um exemplo do uso de sua obra como uma caixa de ferramentas. Foucault apoiou e juntou-se aos militantes. Ele foi militante sobre diversas causas, principalmente após maio de 1968, período de grande importância para movimentos políticos populares na França, mas também anterior a isso. Em 1971 “Foucault anuncia a criação do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP), ao qual ele dá seu domicílio como sede” (DEFERT, 1999). Esse foi um grupo muito importante, com articulação direta com os detentos e priorizando a fala deles. Deram voz às denúncias sobre uma realidade e um sistema invisíveis para a sociedade, causando um grande impacto na época e ajudando a criar bases utilizadas até hoje nos movimentos atuais, assim como traz reflexões que se estenderam para muito além dos aspectos carcerários e marcaram a entrada de Foucault em um novo momento de sua filosofia.

Para Foucault, o intelectual deveria ter um papel ativo na sociedade.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes de “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. (FOUCAULT, 1979, p. 71)

3) DA ARQUEOLOGIA DO SABER AO ESTUDO DO PODER

3.1) A Arqueologia do Saber

Em seu livro *A História da Loucura* (1978), Foucault não se ocupa em entender a loucura em si, mas sim o fato de diferentes momentos históricos adotarem conceitos distintos sobre o que era entendido como loucura. Ele mostra que esses diversos conceitos não se relacionam necessariamente: a loucura é concebida de formas distintas em épocas diferentes, sem que haja uma evolução necessária de uma teoria à outra. Cada época possui suas próprias conceituações, que se tornaram Verdades e passaram a definir aquilo que a sociedade compreendia como loucura.

Um grande destaque que Foucault dá neste livro é sobre como lidavam com a loucura. Como seu título diz, é um livro de História. Mas ao contrário do que diz o título, essa História apresentada por ele não é sobre a Loucura, mas sim sobre a maneira como as sociedades de cada época compreendem e lidam com o fenômeno que elas mesmas denominam como loucura. É, portanto, uma história de como um conceito (a Loucura) foi definido em determinadas épocas e como ele guiou e paramentou a forma como a sociedade lidou com algo a partir das concepções que ela mesma desenvolveu a respeito deste algo.

Investigando as concepções sobre a loucura em diversos momentos históricos, Foucault percebe que as variações que encontramos estão intimamente ligadas com outras dinâmicas sociais que não dizem respeito à loucura, mas sim sobre como a sociedade está organizada e quais mudanças estão ocorrendo nesta organização.

Ao se definir o que é loucura, passa-se a serem definidos modos de lidar com ela, práticas que se justificam pelos saberes especializados no assunto. Essa forma de lidar com o que passa a ser chamado de loucura cria novas políticas e dinâmicas sociais e muda hábitos e percepções das pessoas a respeito de si e da sociedade, fechando-se um ciclo.

O que guia Foucault a seguir suas investigações por esse caminho é o interesse em compreender quais seriam os fatores que fazem surgir e mantêm os

saberes na forma como eles se configuram, considerando seu momento histórico e seus consequentes impactos nos hábitos sociais. Ele buscou entender quais são os mecanismos que fazem com que em uma época específica os saberes sejam estruturados daquela determinada maneira e quais são as categorias que devemos analisar para compreender isso.

Quando estuda as internações dos loucos durante a história, Foucault destaca que suas investigações vão para além de compreender os motivos expressos que levaram a essa medida; seu objetivo é compreender o contexto que levou tais atos a serem eleitos como os mais adequados.

por volta de 1657 a centésima parte da população de Paris não foi internada a fim de que a cidade se livrasse dos "a-sociais". Esse gesto tinha, sem dúvida, outro alcance: ele não isolava estranhos desconhecidos, durante muito tempo evitados por hábito; criava-os, alterando rostos familiares na paisagem social a fim de fazer deles figuras bizarras que ninguém reconhecia mais. [...] Resumindo, pode-se dizer que esse gesto foi criador de alienação. Neste sentido, refazer a história desse processo de banimento é fazer a arqueologia de uma alienação. O que se trata então de determinar não é qual a categoria patológica ou policial assim abordada, o que pressupõe sempre a existência dessa alienação como um dado; é necessário saber como esse gesto foi realizado, isto é, que operações se equilibram na totalidade por ele formada, de que horizontes diversos provinham aqueles que partiram juntos sob o golpe da mesma segregação, e que experiência o homem clássico fazia de si mesmo no momento em que alguns de seus perfis irais costumeiros começavam a perder, para ele, sua familiaridade e sua semelhança com aquilo que ele reconhecia sua própria imagem. (FOUCAULT, 1978, p. 92)

O estudo apresentado por Foucault no livro *A História da Loucura* é, portanto, uma *arqueologia* que busca conhecer os mecanismos pelos quais as sociedades se organizam e estabelecem Verdades sobre as coisas (a Loucura) e, principalmente, sobre as pessoas (os Loucos) e adotam ações que incidem nos indivíduos e na estrutura social.

Partindo do objetivo específico de compreender a história sobre a loucura, Foucault acaba indo além. Ele começa a desenvolver uma forma de analisar o surgimento dos saberes para além das suas produções teóricas. Seu interesse não

é compreender as elaborações conceituais desenvolvidas por esses saberes, mas sim, compreender como e porque tais elaborações foram as que emergiram e se sustentaram. Esse método de análise é sobre o que ele irá se debruçar e desenvolver mais profundamente nas próximas obras.

A décima parte aproximadamente das prisões feitas em Paris, com destino ao Hospital Geral, diz respeito a "insanos", homens "em demência", pessoas "de espírito alienado", "pessoas que se tornaram inteiramente loucas". [...] Deixemos aos cuidados dos arqueólogos a tarefa de determinar se era doente ou não, alienado ou criminoso [...]. Pois o problema real é exatamente o de determinar o conteúdo desse juízo que, sem estabelecer nossas distinções, expatria do mesmo modo aqueles que teríamos tratado e aqueles que teríamos preferido condenar. Não se trata de localizar o erro que autorizou semelhante confusão, mas de seguir a continuidade que nosso atual modo de julgar rompeu. (FOUCAULT, 1978, p. 124)

3.2) A investigação das discontinuidades

A grande importância do livro *A História da Loucura* para o pensamento de Foucault é o fato dele marcar a visão do autor em mostrar que as coisas não podem ser totalmente definidas apenas pelas concepções de Verdade consolidadas em um momento histórico. É o início de uma arqueologia sobre os saberes a fim de mostrar que as verdades de uma época são apenas conceitos elaborados durante ela, mas que paramentam ou justificam ações da sociedade ou sobre a sociedade, sobre as pessoas; ações que muitas vezes servem a fins propícios em acordo com mecanismos que ajudam a sustentar a própria lógica social estabelecida ou modificá-la.

No processo de *arqueologia*, Foucault prioriza a busca pelas discontinuidades dos saberes. Ele faz uma crítica à noção de continuidade que as ciências humanas reivindicam, pois, segundo sua visão, há certo grau de artificialidade na pretensa continuidade universal de determinados saberes. Obviamente há conhecimentos frutos de um processo longitudinal contínuo, mas esse processo não é atemporal e nem pode ser remetido às origens do ser humano de uma forma universal. Foucault não desconsidera que possam haver

continuidades, mas ele salienta a importância de darmos atenção às descontinuidades.

Para Foucault, buscar arqueologicamente as descontinuidades nos saberes e na elaboração dos temas ligados a eles é o que permite compreender os discursos de acordo com seu tempo, com seu período histórico – inclusive no atual. Não se trata de compreender os discursos em si, a importância em perceber as descontinuidades é mostrar que os discursos dos saberes mudam de acordo com a época, que não há uma universalidade. Para ele, ao tentar estabelecer uma continuidade, apagamos aspectos importantes que deixamos de considerar e privilegiamos apenas aqueles aspectos pelos quais se sustentam os saberes que têm essa pretensão em ser universal, corremos o risco de perder particularidades importantes que a redução à uma síntese universal contínua não consiga contemplar.

Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas. (FOUCAULT, 2008a, p. 28)

O que Foucault vai fazer – e que é a base do método da arqueologia do saber criado por ele – é analisar os discursos que compõem determinado conhecimento em diferentes épocas históricas, evitando as sínteses que possam direcionar a uma continuidade, com “o cuidado de não admitir como válida nenhuma dessas unidades que me podiam ser propostas e que o hábito punha à minha disposição” (FOUCAULT, 2008a, p. 35).

E o termo Discurso aqui representa não apenas o que é falado, mas tudo que diz sobre. Esse conceito engloba uma gama de processos pelos quais o discurso é formado e reproduzido: a construção dos objetos sobre os quais ele trata, os

enunciados que elabora, as formas pelas quais se apresenta, as estratégias pelas quais se propaga, os métodos que utiliza, as regras que obedece, quem pode ou não ser seu interlocutor. Tudo isso faz parte do discurso conforme estudado por Foucault, incluindo o dito e o não dito, o que está documentado e aquilo que está fora dos documentos e as escolhas sobre o que documentar ou não.

3.3) A Ordem do Discurso

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Com essas palavras, Foucault nos mostra que os discursos seguem um ordenamento, que são submetidos a poderes. Nem todos discursos em potencial sedimentam-se e tornam-se efetivos, pois há fatores que conduzem quais são os que serão reconhecidos e aceitos. Há um sistema complexo de poderes que age sobre os discursos.

Por outro lado, quando um discurso é estabelecido, ele traz seu conjunto de normas e doutrinas que também funcionam como mecanismos de poder perante possibilidades futuras dos caminhos que ele poderá tomar, assim como também exerce poder sobre o surgimento de novos discursos sobre temas que possam se relacionar aos tratados pelos discursos dominantes (FOUCAULT, 1996).

Há, portanto, um ordenamento dos discursos por sistemas de poderes externos e internos. Se por um lado há poderes que controlam os discursos, os próprios discursos trazem consigo novos mecanismos de poder sobre seus caminhos futuros além de, quando estão difundidos, passarem a compor os mecanismos de controle sobre outros discursos. Os discursos são, portanto, produto de um processo submetido aos poderes e, ao mesmo tempo, um produtor de mecanismos de poder.

É a partir desta percepção que Foucault passa a se interessar em compreender as dinâmicas de poder e torna esse tema presente em suas análises futuras.

4) AS MUDANÇAS NORMALIZADORAS NA SOCIEDADE APÓS O SÉCULO XVIII

4.1) O nascimento da medicina moderna

No livro *O Nascimento da Clínica* (FOUCAULT, 1977), lançado em 1963, Foucault nos mostra que a medicina moderna surge ao final do século XVIII, momento em que ela adota mudanças de paradigma e começa a desenvolver seus saberes pautada em experiências empíricas, transformando-se em uma ciência conforme a definição das ciências naturais que eram valorizadas neste período e cuja herança trazemos até hoje.

A Medicina deixa de ser uma *arte da cura* e se torna uma *ciência sobre a doença*, passa a estudar a doença enquanto fenômeno observável através de métodos objetivos e estudos estatísticos. Essa transição do que era a medicina anterior para sua transformação em uma ciência médica aos moldes cartesianos marca sua entrada no campo dos discursos científicos, a inscreve dentro do ordenamento dos discursos racionais e empíricos que reinam após o Iluminismo (FOUCAULT, 1977).

É a partir deste novo status que a Medicina passa a exercer influência nos indivíduos e na sociedade. Quando ela passa a situar-se dentro das ciências reconhecidas como tal e adota um discurso de acordo com os discursos científicos vigentes, a Medicina passa a ocupar um lugar a partir do qual ela pode exercer poder.

É neste momento histórico que surgem os hospitais com finalidades de tratamento e de cura. Durante o século XVI e XVII as instituições denominadas hospitais eram locais de assistência aos pobres em geral e isolamento e exclusão quando esse pobre estava doente (FOUCAULT, 1979). As pessoas que tinham condições financeiras suficientes não iam para os hospitais, recebiam cuidados em

casa quando necessitavam, a exclusão do pobre doente era uma medida para evitar o risco de contágio da elite. As internações dos doentes tinham a função de afastá-los das cidades, pois essas eram o centro comercial e administrativo da economia mercantilista.

Os trabalhadores dos hospitais eram religiosos ou voluntários, era um local mais afastado para onde se encaminhavam os doentes, mas não com objetivo de cura. O máximo que um hospital poderia oferecer era assistência para necessidades terrenas e salvação para a alma.

Após a Revolução Industrial, com o surgimento das fábricas e a passagem do mercantilismo para o capitalismo, as cidades deixaram de ser apenas os locais onde o comércio acontecia e a economia era administrada, passaram a ser também polos de produção. A população que antes era majoritariamente camponesa começou a migrar para as cidades. Surgiu uma nova classe, o proletariado.

O adensamento populacional e o crescimento das cidades aumentaram os problemas relacionados às doenças e riscos de epidemias. A expansão territorial das cidades as aproximou dos hospitais e o crescimento de sua população fez aumentar o número de pobres que precisavam de assistência e a quantidade de doentes internados. O aumento de pessoas nos hospitais os transformou em um local onde as doenças se espalhavam, o que antes era um dispositivo de confinamento para evitar a propagação da doença, se tornou um local de contágio. Houve então a necessidade de se adotar técnicas que pudessem anular a desordem dos hospitais.

Desde o século anterior já haviam regulamentos específicos para hospitais marítimos, pois eles eram usados para contrabando de produtos escondidos até nos cofres dos médicos e nos corpos dos doentes. Estes hospitais já haviam sido rigorosamente organizados e fiscalizados, já havia uma tecnologia de controle deste ambiente hospitalar que, no século XVIII, passou a servir de base para um modelo que seria aplicado em todos os hospitais em geral (FOUCAULT, 1979).

Houve, então, uma reformulação do funcionamento hospitalar a partir do final do século XVIII, foi o nascimento do hospital como conhecemos hoje. Esse novo sistema passou a controlar rigidamente o ambiente, os doentes passaram a ser separados em leitos e sua circulação foi restrita, havia um sistema de observação e

registro permanente e meticuloso, "constitui-se, assim, um campo documental no interior do hospital que não é somente um lugar de cura, mas também de registro, acúmulo e formação de saber" (FOUCAULT, 1979, p. 110).

As motivações iniciais dessas mudanças foram, portanto, a busca pela anulação dos efeitos negativos dos hospitais, a preocupação em eliminar o risco de desordem sócio-econômica que poderia ser causado se uma doença propagada nos hospitais se espalhasse nas cidades.

Com o objetivo de controle, a observação e registro constantes criaram um repertório documental sobre as doenças e seus sintomas, documentos que puderam ser catalogados e estudados. O hospital tornou-se um centro de pesquisa e formação do saber médico, local onde a doença poderia ser isolada, observada e sua evolução registrada, poderiam haver interferências controladas e avaliações dos resultados, um local onde poderiam verificar a eficácia de alguns tratamentos e experimentar novos, tudo de acordo com os métodos científicos cartesianos que deram à medicina o status de Ciência.

O hospital passou a ser administrado pela Medicina, os funcionários designados de acordo com seu papel dentro das atividades médicas, a hierarquização hospitalar colocou o médico no topo da organização e o hospital passou a ser um local típico e exclusivo da Medicina. Afastou-se as ordens religiosas da assistência e da atenção à alma e as substituiu pelas lógicas científicas sobre as enfermidades.

O médico foi o primeiro a ser normalizado pelo hospital, seu comportamento e suas ações passaram a obedecer um ordenamento. A própria formação do médico foi padronizada e o hospital tornou-se sua principal escola, como é até hoje. O médico como era conhecido antes deixou de existir e foi substituído por esse novo cientista que detêm o saber sobre as doenças e tem a autoridade para deliberar sobre o ambiente e as pessoas (FOUCAULT, 1979).

Ao seguir um modelo pré-existente de controle e fiscalização e ao adotar métodos reconhecidos como científicos, a medicina deixou de ser o que era antes, passou a se normalizar dentro de um ordenamento discursivo já estabelecido pelos poderes vigentes e se constituiu a partir dele. Isso permitiu que ela pudesse assumir um lugar de poder sobre seu objeto (a doença), desenvolver saberes sobre ele,

refinar suas técnicas de ação e se aprimorar no campo das ciências naturais no qual se inscreveu.

Portanto, ao se adaptar aos modelos de controle e fiscalização já existentes, a Medicina se modificou totalmente e tornou-se produto de um sistema de poder ao mesmo tempo em que tornou-se também um agente de poder.

E o poder que a Medicina exerceu nesta época não se restringiu aos hospitais. O adensamento populacional nas cidades trouxeram problemas que não poderiam ser expulsos como faziam com os doentes. As casas estavam se amontoando, houve um grande aumento no volume de pessoas e na quantidade de esgoto, crescia o risco de uma epidemia.

Surge assim uma medicina que influencia no desenho das cidades. Com propostas de saneamento e higienização, a Medicina passa a ocupar um novo lugar de poder e impactar na forma como as cidades eram redesenhadas, como funcionavam e quais medidas a população deveria adotar para manter as normas sanitárias. O discurso médico introduz diretrizes a serem seguidas e passa a fiscalizar e controlar aspectos das cidades e de suas populações. Seu poder não incide mais apenas no ambiente hospitalar e sobre o enfermo, a Medicina passa a exercer poder sobre a organização social e sobre a população sadia (FOUCAULT, 1979).

4.2) O nascimento da sociedade normalizadora

As elaborações de Foucault sobre o surgimento da ciência médica e seus desdobramentos na sociedade não se restringem apenas à Medicina, ela é somente um caso que explicita e exemplifica os mecanismos normalizantes que passaram a operar na sociedade a partir do final do século XVIII.

Na França, a primeira instituição a ser normalizada foi o exército. Padronizaram os fuzis e canhões de modo que qualquer soldado pudesse utilizar qualquer fuzil e qualquer fábrica construir os canhões (FOUCAULT, 1979). Até a era medieval, o soldado era alguém que se sobressaia por suas aptidão no manuseio de armas, por sua coragem em combate, por sua força e agilidade. Os grandes guerreiros eram aqueles que se destacavam por suas qualidades e eram

identificados por elas. A partir do século XVIII o soldado passou a ser produzido de forma sistemática e padronizada pelo Estado, de modo que qualquer recruta pudesse passar pelos mesmos treinamentos e adquirir as mesmas habilidades e competências.

A força militar deixou de ser a soma de grandes guerreiros e passou a ser medida pela eficiência do Estado em produzir soldados hábeis e organizados, em um exército padronizado que pudesse ser facilmente comandado e que conseguisse executar com a maior precisão possível as ordens recebidas. O soldado ideal passou a ser aquele despersonalizado, parte indistinta em um exército, aquele que age exatamente conforme comandado e do qual é possível prever as ações e os resultados.

“Depois de ter normalizado os canhões, a França normalizou seus professores” (FOUCAULT, 1979, p. 83). Foi no final do século XVIII que, na França, começaram a se preocupar em criar instituições que formariam professores homogeneizados, todos com as mesmas bases curriculares a fim de garantir a mesma qualidade de profissionais. Nas escolas, esses professores aplicavam técnicas de ensino bastante metódicas e regulares entre todos os alunos, sem considerar possíveis particularidades de um para o outro. Muito pelo contrário, esse modelo de escola busca a padronização do aluno: há normas rígidas de comportamento, é cobrado o mesmo resultado de alunos diferentes, devem assimilar o mesmo conteúdo no mesmo período de tempo e executar as atividades da mesma maneira, buscando uma excelência dentro de um padrão pré-estabelecido.

O modelo de escolas como conhecemos hoje é fruto deste processo e ainda guarda mais semelhanças do que diferenças: as distribuições de carteiras em fileiras homogeneamente distribuídas de forma que o professor possa vigiar os alunos e fiscalizar suas atividades, a distribuição de alunos em diferentes séries de acordo com suas idades e desempenhos, a obrigatoriedade de todos estudarem as mesmas matérias da mesma forma e produzirem o mesmo resultado no mesmo período de tempo (FOUCAULT, 1987).

Não por coincidência, o hospital, o exército e a escola funcionam em modelos análogos à fábrica, onde os funcionários são divididos em setores, devem seguir

métodos rigorosos, estão constantemente sob vigilância e devem sempre aprimorar seu desempenho e sua produtividade. Na fábrica não há espaço para a singularidade, o operário é apenas uma peça da máquina, peça que a tecnologia ainda não conseguiu substituir por uma de metal e só está lá por conta disso. Mesmo o operário sendo fundamental para o funcionamento da máquina, ele não pode ter uma singularidade enquanto trabalha, tal como o soldado, o operário serve a um propósito sobre o qual não lhe cabe opinar, ele deve executar suas atividades mecanicamente da forma esperada e oferecer o resultado desejado da maneira mais produtiva possível. Ele deve se enquadrar em um modelo de normalização do operário ideal.

Esses modos de normalização, seja do saber médico, seja dos hábitos e organização da população, da formação do soldado, do modelo escolar ou do trabalho operário, todos mostram uma nova lógica e uma maneira da sociedade se organizar a partir do século XVIII, momento em que surgiram as indústrias e houve a ascensão da burguesia e do sistema capitalista. A própria lógica cartesiana e sua valorização está intimamente ligada com essas mudanças, pois foi o desenvolvimento das ciências naturais que permitiu o desenvolvimento tecnológico e o conseqüente surgimento das indústrias, base do início do capitalismo e da burguesia enquanto classe dominante.

4.3) O nascimento do sistema jurídico moderno

Com as indústrias surgiu a classe proletária e um novo modelo de sociedade. A plebe proletária precisava ser organizada, os lugares que iriam ocupar nas cidades, seus hábitos, sua força política, seu potencial econômico, tudo isso precisava estar sob controle da classe burguesa para que ela se mantivesse no poder. Era, portanto, uma nova classe que precisava ser vigiada e controlada, mas da qual a burguesia dependia para conseguir sua mão de obra. Os mecanismos racionais de normalização serviram para isso, para exercer um controle prioritariamente através de normas racionais e não pela imposição, minimizando as possibilidades de insurgência (FOUCAULT, 1979).

Foi neste contexto que as prisões foram reformuladas e passaram a se configurar no modelo como conhecemos hoje. Antes disso já existiam locais de encarceramento, mas esses dispositivos tinham usos diferentes do atual. A lógica punitiva era muito diferente: as punições tinham um caráter de vingança pelo crime cometido, por isso, castigos físicos eram comuns. Essas punições eram definidas e executadas sob supervisão da dupla de poder Rei-Igreja. Foucault (1987) usa o exemplo do suplício – tipo de punição comum até o início do século XVIII – para nos mostrar as mudanças na lógica punitiva a partir do final do século XVIII.

Os suplícios eram uma forma de punição pela dor, mutilação ou morte. Eram espetáculos públicos que seguiam rituais de exposição do criminoso, do crime e da punição. Exposições que tinham duas finalidades, primeiro a de servir de exemplo para a população e, segundo, mostrar a ela os poderes do rei soberano sobre o corpo e a vida de seus súditos.

Os suplícios eram brutais, o corpo supliciado precisava sofrer, muitas vezes um sofrimento que a própria população que assistia considerava desproporcional a ponto de se rebelar contra os carrascos. O suplício também não poderia ser rápido, ele era um espetáculo visceral sobre o sofrimento prolongado e continuado mesmo após as súplicas pedindo perdão e uma execução breve, um modo de enfatizar o quanto o poder supremo do soberano estava acima das vontades e anseios daqueles que compunham a população. Se houvesse algum perdão, seria apenas o perdão divino à alma do condenado.

Com a queda da monarquia e o racionalismo do Iluminismo se contrapondo com a idade das trevas, os fundamentos do suplício foram perdendo força. Começaram a utilizar métodos que buscavam uma execução mais rápida e eficaz. A substituição do suplício “à estrita execução capital define uma moral bem nova própria do ato de punir” (FOUCAULT, 1987, p. 15).

As novas leis, pelo menos nas aparências, deveriam ser objetivas e incidir igualmente sobre todos, independente da classe social do criminoso ou de quem ele teria prejudicado, ao contrário do que ocorria no regime anterior. A pena capital deveria ser definida por uma norma e executada com precisão. A guilhotina é o exemplo máximo de uma execução mecânica e impessoal, que fazia valer a lei e

minimizar ao máximo as afeições emocionais, tanto do condenado quanto do público.

Os condenados passaram a usar um capuz que ocultava seu rosto, o criminoso não era mais exposto à uma platéia que seria tomada por emoções durante seu suplício, o transgressor passou a ser uma figura genérica de infrator da lei e apenas sua condenação era lida publicamente para uma população silenciosa. O carrasco tornou-se apenas aquele que executava a lei e operava a precisa máquina de decapitação. A execução pública tornou-se um rito mecânico de acordo com uma lógica racional definida nas normas legais.

Havia uma justificativa humanitária em contraponto ao regime de brutalidade anterior, uma norma racional contra as passionalidades de um rei, uma pena que era a justa medida da lei e não fruto de caprichos arbitrários de um governante, uma pena que era racionalmente apresentada à população e não mais um espetáculo que provocava suas emoções. A punição deixou de ser a vingança pelo crime e passou a ser a aplicação de uma norma.

As prisões começaram a ter uma nova função, começou a surgir o sistema prisional. Se antes as punições eram dores e marcas no corpo do condenado, a partir do final do século XVIII elas começaram a ser o ajustamento de sua moral e conduta às normas da sociedade.

Essas mudanças devem-se também às necessidades de reformulação das leis em conjunto com mudanças na própria criminalidade. Com o capitalismo industrial vieram os acúmulos de bens e riquezas; com o adensamento populacional nas cidades, o aumento dos que não tinham acesso a essas riquezas. Os crimes mais frequentes passaram a ser aqueles contra a propriedade, como roubos e saques.

E essa ilegalidade, se é mal suportada pela burguesia na propriedade imobiliária, é intolerável na propriedade comercial e industrial: o desenvolvimento dos portos, o aparecimento de grandes armazéns onde se acumulam mercadorias, a organização de oficinas de grandes dimensões (com uma massa considerável de matéria-prima, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertencem ao empresário e são difíceis de vigiar) exigem também uma repressão rigorosa da ilegalidade. A maneira pela qual a riqueza

tende a investir, segundo escalas quantitativas totalmente novas, nas mercadorias e nas máquinas supõe uma intolerância sistemática e armada à ilegalidade. (FOUCAULT, 1987, p. 72-73)

É neste cenário que acontece a reconfiguração das leis, a codificação das ilegalidades a fim de controlá-las. Começa a haver uma distinção entre crimes contra os bens e os crimes contra os regulamentos legais.

Os crimes que ameaçavam a propriedade de bens e capital eram típicos da plebe, das classes sociais mais baixas, dos que não tinham esses bens e os desviavam à força daqueles que os possuíam, eram, portanto, uma ameaça direta à burguesia capitalista. Esses crimes passaram a ser mais duramente punidos e o aparato policial armado intensificou ostensivamente sua vigilância sobre toda essa classe de onde vinham esses criminosos.

Já os crimes contra os regulamentos legais, como fraudes, evasões fiscais e comércios ilegais, crimes típicos da burguesia, passaram a receber punições mais brandas, como indenizações e multas. Como era a burguesia que estava em posição de exercer poder, foi sob influência dela que ocorreu essa reformulação nas leis e no sistema jurídico, logo, esses foram dispositivos favoráveis à burguesia e com uma atuação de acordo com seus interesses.

Essa tipificação dos crimes com parcialidade burguesa criou a separação entre o que passou a ser considerado crimes mais graves e sujeitos a punições mais rígidas (os crimes dos pobres sobre bens) e aqueles considerados menos graves que recaiam em jurisprudências específicas e acarretavam em punições mais suaves (os crimes de irregularidades da burguesia). Porém, dentro de cada uma dessas categorias houve uma generalização dos crimes, o discurso jurídico de tratamento igualitário perante as mesmas infrações criou a nova classe de delinquentes na qual se enquadravam tanto os batedores de carteira quanto os saqueadores de depósitos das fábricas, eram todos aqueles que atentavam contra o direito à propriedade e cometiam crimes contra bens. Como esse tipo de crime não é característico da burguesia, o peso da lei não recai da mesma maneira sobre as diferentes classes. Só existe um tratamento igualitário para aqueles das mesmas classes sociais, mas há uma enorme diferença em como cada classe é tratada pelo sistema jurídico, de forma geral.

Com essa homogeneização daquele que passou a ser considerado delinquente, o discurso burguês sobre a gravidade do crime contra propriedade – e o quão perigoso era aquele que cometia esses crimes – passou a fazer sentido também para os proletários, pois era um discurso que não carregava distinções entre os tipos de roubos. Desde as pequenas subtrações de bens que poderiam incidir sobre o proletariado até os grandes saques aos depósitos passaram a ser compreendidos como a mesma categoria de crimes cometidos pela mesma classe de perigosos delinquentes.

“A burguesia se reservou o campo fecundo da ilegalidade dos direitos. E ao mesmo tempo em que essa separação se realiza, afirma-se a necessidade de uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre essa ilegalidade dos bens” (FOUCAULT, 1987, p. 74). Essa vigilância recai sobre a plebe, pois é nela onde está essa categoria de delinquentes, é a população pobre que a polícia vai vigiar e controlar rigorosamente, porém uma população que passa a aceitar o controle policial por ter medo dos delinquentes que possam existir nela. Característica de uma estratégia de vigilância do século XVIII fortemente presente até hoje nas estruturas da nossa sociedade.

Aceitamos entre nós essa gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvessem delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 1979, p. 138).

As mudanças trazidas com o novo discurso jurídico fizeram a sociedade reformular a compreensão sobre o crime, o elemento a ser julgado deixou de ser apenas o ato cometido e passou a ser a pessoa que o cometeu. A grande questão deixou de ser prioritariamente sobre a ilegalidade da ação e tornou-se um julgamento sobre o caráter de quem a realizou. Até hoje temos essa influência nas doutrinas jurídicas. Os julgamentos passaram a considerar um novo conjunto de elementos “juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro” (FOUCAULT, 1987, p.

19). Todo um saber foi desenvolvido para oferecer respaldos a esta avaliação, a Criminologia, a Medicina e a Psicologia passaram a tentar compreender e explicar o criminoso e atuar na perícia técnica a fim de subsidiar uma decisão judicial a respeito da índole de quem estava sendo julgado.

O delinquente passou a ser considerado não somente aquele que cometeu um crime, passou a ser concebido como alguém pertencente a uma categoria de pessoas que não possuem os valores morais compatíveis com as determinações da sociedade.

Foram criados padrões para tentar prever o comportamento dos transgressores e definir quem eram os delinquentes. A definição sobre esta categoria foi se aperfeiçoando, foi instituído um discurso que dizia que era possível classificar as pessoas de acordo com suas propensões a atos criminosos, foi se construindo uma ideia de que entre a população proletária haviam aqueles com valores morais adequados e aqueles propensos ao crime.

Foi importante criar e manter um grupo facilmente identificável como delinquente para se impor um conjunto de valores à classe trabalhadora. À medida em que eram refinadas as definições sobre quem eram os delinquentes, por consequência o oposto também ficava implícito – e muitas vezes explícito. Se os delinquentes possuem determinados valores morais distorcidos como os da vadiagem e do desrespeito ao acúmulo de bens, as pessoas corretas deveriam possuir valores sobre o trabalho e respeito às hierarquias sócio-econômicas. Com o discurso que definia quem era considerado delinquente, normatizou-se também toda a população proletária.

daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. (FOUCAULT, 1979, p. 133)

A categoria de delinquentes é peça fundamental para o funcionamento do sistema jurídico-penal-policial. Não é apenas uma das categorias sobre a qual a justiça se ocupa, é a categoria que justifica e mantém a existência deste sistema e seu modo de operação. É preciso para o sistema que existam os delinquentes e que a população tenha uma percepção generalizada sobre eles e sobre a sensação de perigo que representam.

Desde sua origem no século XVIII, o sistema prisional nos moldes que conhecemos hoje tem, portanto, um discurso sobre reformar o indivíduo, de agir no que consideram sua moral distorcida e ajustar não apenas seus comportamentos, mas aquilo que ele é enquanto sujeito e os valores que carrega, para que ele se enquadre nas normas sociais.

Com esse novo modelo, o sistema carcerário foi um terreno fértil para o aprimoramento das técnicas disciplinares. Técnicas que não estão presentes exclusivamente nas prisões, mas também nas escolas, empresas, quartéis, igrejas, nas famílias, enfim, são técnicas presentes na estrutura de nossa sociedade.

Com a normalização das leis, das tipificações de crimes, do grupo que passou a ser compreendido como os delinquentes, houve uma normalização da moral e dos valores, um discurso moralista socialmente aceito sobre como as pessoas devem ser e se portar, um discurso que fez surgir diversas instituições disciplinares que poderiam garantir que os sujeitos não se desviassem das morais e bons costumes que esse discurso definia como adequados.

5) A DISCIPLINA

5.1) Corpos dóceis

A partir do século XVIII, diversas instituições disciplinares surgiram ou sofreram modificações e aprimoramentos. A disciplina já era um mecanismo de poder antes disso, mas foi nesse momento que ela passou a ser a principal forma pela qual o poder é exercido e difundido (FOUCAULT, 1987).

Seu objetivo é o adestramento de sujeitos para que suas subjetividades estejam ajustadas às normas de conduta e valores morais. A disciplina é um conjunto de técnicas e tecnologias que tem como objetivo a produção de subjetividades em acordo com os discursos dos poderes.

Para isso, há um conjunto de métodos e instituições que incidem sobre os indivíduos. Não há uma única instância disciplinar, há uma variedade delas que operam conjuntamente em diferentes níveis e locais, com uma abrangência ampla em toda a estrutura social, cada uma incidindo em diferentes aspectos da vida e de diferentes maneiras, mas de forma complementar.

A disciplina age sobre uma massa disforme de singularidades e busca organizá-la de acordo com suas imposições. Ela determina como os indivíduos vão ser distribuídos no espaço, quais ações devem executar, como devem executá-las e durante quanto tempo. Ela estabelece mecanismos de vigilância e controle, estabelece formas de aperfeiçoamento contínuo das atividades que serão realizadas, buscando o máximo de eficácia em uma lógica produtivista.

Foucault nos mostra como entre o século XVII e XVIII o corpo passou a ser objeto de estudo e intervenção dos saberes. Ele marca dois registros sobre os quais esses saberes tomaram o corpo como objeto de estudo e ações.

O primeiro tipo deles, designado por Foucault (1987, p. 117) como “anátomo-metafísico”, inicia-se com Descartes e sua visão mecanicista do corpo como algo externo em contraponto a uma alma que seria a verdadeira essência do ser. Essa visão cartesiana entende o corpo como um conjunto de sistemas e órgãos análogos às peças de uma máquina que opera suas devidas atividades. Essa concepção aborda o corpo em dois aspectos: o anatômico, que diz sobre a constituição física e seus elementos biológicos; e o conceito metafísico sobre o que define o ser, se o corpo é parte do ser ou apenas uma exterioridade à alma. Portanto, um conceito anátomo-metafísico. É nessa abordagem cartesiana que a medicina vai tomar o corpo doente como seu objeto, concebendo a doença como um agente externo prejudicial ou um mal funcionamento da máquina biológica.

O segundo tipo foi o que Foucault (1987, p. 117) denominou de “técnico-político” o corpo abordado por aquilo que ele pode produzir, o conjunto de ações que o corpo pode realizar para obtenção de determinadas finalidades, o corpo

como agente de operações que interferem no mundo ao seu redor. Abordagem que confere ao corpo uma qualidade política ao mesmo tempo que concebe suas ações em aspectos técnicos, um corpo que pode ser treinado e aprimorado para produzir seus efeitos no mundo de maneira mais eficaz, um conceito técnico-político. Esse é o conceito a partir do qual no exército o corpo do soldado é treinado para um melhor desempenho, na fábrica para uma maior produtividade, na escola para controle e correção das operações realizadas.

Duas formas de compreensão bastante distintas: a primeira trata do funcionamento e da explicação sobre o que é o corpo, de como podemos entendê-lo; a segunda trata de utilização e submissão, de como o corpo pode ser útil. No entanto, há um entrecruzamento entre essas duas concepções e Foucault usa a obra *O Homem-máquina* de Julien Offray La Mettrie para mostrar isso. Nesta obra La Mettrie faz uma redução mecanicista do corpo ao mesmo tempo que concebe uma “teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável” (FOUCAULT, 1987, p. 118) em sua finalidade produtiva.

É nesse esquema de docilidade que se teve interesse no século XVIII: o corpo-máquina sobre o qual os saberes poderiam conhecer e sobre os quais eles teriam autoridade científica para intervir e se impor; e, ao mesmo tempo, o corpo-útil sobre os quais outros saberes poderiam desenvolver técnicas para direcioná-lo a uma utilidade máxima e afastá-lo de ações indesejáveis. O corpo analisável e manipulável com comportamentos observáveis e direcionáveis a uma utilidade específica. Um corpo submisso às determinações científicas, eficaz em sua produtividade e dócil politicamente.

Foucault destaca que não é uma novidade do século XVIII o poder incidir sobre os corpos, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Passou-se a exercer um controle detalhado sobre o corpo, um controle de seus gestos, velocidade, intensidade, enfim, um controle minucioso das operações mecânicas do corpo em suas atividades; reduzir o corpo à eficácia de seus movimentos e sua produtividade, retirando dele qualquer aspecto simbólico e

subjetivo; exercer uma coerção constante que zela pela precisão dos movimentos e do tempo para executá-los. Tornar o corpo um objeto da relação docilidade-utilidade, submisso aos domínios científicos que passam a ter sobre o corpo uma autoridade maior que a do próprio sujeito.

Essas modificações no poder disciplinar aconteceram gradativamente ao longo do tempo até que ele se tornou a principal forma de poder. Houve uma sequência de pequenas mudanças nas instituições disciplinares já existentes, alguns estudos foram realizados, aos poucos as técnicas disciplinares foram se aprimorando até chegarem nesta configuração apresentada.

5.2) As técnicas da Disciplina

Assim como não houve um momento abrupto de reconfiguração da disciplina, também não há uma tecnologia única pela qual ela acontece. É verdade que essa forma de poder busca uma padronização tanto em seus métodos quanto em seus resultados, porém, uma padronização adequada aos contextos onde ela ocorre e aos resultados que espera. A disciplina se dá de formas diversas em diferentes instâncias nas quais opera.

Porém, no livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) nos apresenta quatro principais técnicas gerais que de alguma forma estão presentes em todas as formas disciplinares, cada uma à sua maneira.

5.2.1) A arte das distribuições

A primeira técnica a ser destacada é a distribuição dos corpos no espaço: é a individualização e o ordenamento físico dos lugares que cada um irá ocupar, cada qual no seu devido lugar executando suas devidas atividades e somente um designado a cada lugar.

Essa distribuição dos corpos é uma técnica para evitar a distribuição por grupos e reduzir a força coletiva, manter um controle sobre a presença ou ausência, estabelecer comunicações eficazes e restringir as demais, organizar ou limitar a circulação, designar posições que permitam critérios para intercambialidade, manter

uma vigilância constante, mensurar, analisar, avaliar e qualificar, restringir as atividades àquelas exclusivamente pertinentes aquele local e impedir outras que não sirvam aos propósitos.

Nas prisões cada detento tem designada sua cela. Fora delas, há normas sobre a circulação, em quais espaços é permitido transitar e para quais atividades se designa cada um deles. Essa divisão espacial permite a constante vigilância pelos agentes policiais. Há uma individualização e uma permanente avaliação do comportamento de cada detento, um controle sobre possíveis filiações internas e a possibilidade deles serem transferidos para outras unidades, seja como prêmio por um bom comportamento, uma penalidade por comportamentos indevidos ou uma maneira de dissociar grupos.

Na escola, os alunos são divididos em salas e, dentro delas, cada um possui seu local designado em carteiras simetricamente distribuídas. São instruídos a realizar as tarefas pertinentes às atividades escolares e coibidos de realizar outras atividades que não tenham sido orientados a executar. Há um controle de presenças e faltas. Os alunos sentados e o professor em pé permite que ele mantenha uma vigilância constante sobre as atividades e comportamentos, que circule entre eles e avalie a execução das tarefas e o desempenho individual. Enquanto na sala de aula, os alunos são proibidos de circular livremente ou de conversarem. O professor pode remanejar os lugares que cada um ocupa para dissolver grupos ou para separar os alunos de acordo com seu desempenho. Quando o professor está falando, todos devem permanecer calados e atentos, caso seja permitido manifestar-se durante a fala do professor, devem obedecer um rito e uma ordem conforme as diretrizes estipuladas.

Nas fábricas e empresas, os funcionários são divididos em setores e, dentro deles, cada um possui seu local designado de trabalho, quais as atividades que devem realizar e as que não são cabíveis no ambiente profissional. O controle de ponto fiscaliza a presença, ausência ou atrasos. As atividades laborais são acompanhadas por superiores que colhem dados e fazem avaliações de desempenho e comportamento. A circulação dentro da empresa também é restrita, cada funcionário pode circular apenas nos locais destinados às atividades

competentes de cada cargo. Há a possibilidade de realocação para outros setores e em outras atividades.

Certamente há muitos outros exemplos possíveis e muitos outros aspectos que poderiam ser destacados em cada um deles.

A distribuição dos corpos tem finalidades múltiplas, o ordenamento de uma massa disforme a fim de garantir sua eficácia e a vigilância permanente são os mais perceptíveis. Mas essa constante observação também propicia coleta de dados e elaboração de material que vai subsidiar o desenvolvimento de saberes, tanto sobre cada um dos indivíduos, permitindo agir sobre eles para torná-los mais adequados às expectativas, como gerando material de estudo sobre as próprias técnicas disciplinares, permitindo aprimorá-las cada vez mais (FOUCAULT, 1987).

Outra finalidade da distribuição dos corpos é o adestramento pela repetição constante. É tornar o sujeito habituado a portar-se de determinadas maneiras e a realizar determinadas tarefas – e apenas essas tarefas – de acordo com o local que está ocupando. É habituar o sujeito a ocupar lugares específicos em uma hierarquia e determiná-los por ela. É habituar o sujeito a estar sob constante vigilância, fiscalização e avaliação sobre suas ações e seu comportamento. É habituar o sujeito a buscar sempre o seu melhor desempenho de acordo com o que é esperado dele.

5.2.2) O controle da atividade

A segunda técnica pertinente às diversas formas de disciplinarização é o controle das atividades em sua precisão, formato e tempo. É um controle que se estende para além da distribuição do corpo executando determinadas atividades em um lugar no espaço: o controle passa a incidir sobre os próprios gestos em suas menores parcelas e o seu aproveitamento em relação ao tempo. A disciplina controla o indivíduo e suas ações no espaço-tempo, ultrapassando a simples determinação sobre o período pelo qual o corpo vai executar aqueles atos naquele local e impondo como será o uso do tempo durante esse período.

O controle da atividade passa pelas definições de horários. Para citar os exemplos anteriores de instituições disciplinares, na prisão, na escola e na empresa há horário para o início das atividades, horário para refeições, horário para

encerramento das atividades, horário de descanso ou atividades recreativas, horário para mudança de atividades ou revezamento de turnos. Geralmente há um sinal sonoro que marca esses períodos, mesmo que atualmente não seja mais tão usual nas empresas, até hoje as fábricas ainda mantêm esse sistema, tal qual o sinal sonoro que marca os períodos nas escolas e prisões.

É um controle sob e sobre o tempo. As atividades abaixo da ordem cronológica, subordinadas a ela; mas há também um controle que se impõe acima do tempo, neste caso, o tempo de execução de uma ação, “a elaboração temporal do ato” (FOUCAULT, 1987, p. 129). Trata-se de decompor a atividade em seus menores gestos e definir o tempo ideal para eles. É a ação humana posta para funcionar como uma máquina, analisando-a em suas menores partes em busca da maior eficácia, precisa como um relógio.

Os gestos são bem definidos, eles devem seguir diretrizes que buscam o melhor aproveitamento de todo o corpo para aquela atividade. Não é apenas ensinar a melhor maneira de fazer algo, é impor toda uma maneira de se colocar o corpo frente àquela situação de forma a aproveitá-lo ao máximo e que ele inteiro esteja voltado para aquela atividade. O controle das menores partes dos gestos em seus formatos e precisão. A forma como esse corpo vai interagir com os objetos, de que maneira vai manipulá-los, tanto suas ferramentas quanto sua produção. A forma como o corpo melhor pode interagir com os objetos para atingir a melhor produtividade.

A eficácia é um dos aspectos mais importantes na disciplina. As ações devem ser rápidas e precisas, mas durante o período no qual o corpo está dedicado àquelas atividades, ele deve não apenas produzir gestos eficazes, mas também o maior número deles possíveis. Todo menor instante deve ser produtivo, não somente a execução das ações devem ser rápidas como também não deve haver desperdício de tempo entre elas, os gestos acelerados e precisos devem estar encadeados um no outro.

Desta maneira a disciplina controla o comportamento e as atividades em relação ao espaço e ao tempo, subordinadas a uma organização espacial e hierárquica e a uma lógica temporal macro e micro definida.

5.2.3) A organização das gêneses

Outra técnica da disciplina é a seriação e aprimoramento contínuo. Trata-se da separação dos sujeitos de acordo com o seu grau de desenvolvimento dentro de uma norma serial, onde os iniciantes vão passando para os próximos níveis desta série na medida em que vão desenvolvendo as aptidões normalizadas. Nesse modelo serial, os indivíduos são inseridos em uma lógica de desenvolvimento gradual e constante, onde lhes é transmitido determinados conhecimentos e instruções necessários para subsidiá-los na realização sistemática e repetitiva de uma atividade ou exercício. Espera-se que após um tempo padronizado esse indivíduo tenha desenvolvido as competências esperadas. É, então, feita uma avaliação do seu desempenho, podendo promovê-lo para uma próxima etapa ou obrigando-o a repetir todo o processo até que consiga atingir as expectativas em uma nova avaliação.

É a lógica de distribuição dos alunos em séries progressivas, a passagem de uma série a outra, mas, também, a passagem do ensino fundamental para o ensino médio, para uma graduação e pós-graduação. O mesmo modelo de progressão dos detentos de um tipo de sistema a outro, na medida de sua adequação ao esperado e de acordo com avaliações periódicas. É o sistema de treinamento e desenvolvimento de pessoal que há nas empresas, oferecendo certificados aos funcionários que podem lhes dar gratificações no salário ou promoções dentro da seriação evolutiva do plano de carreira.

É um modelo baseado na concepção do desenvolvimento pela repetição exaustiva de uma atividade a partir das métricas estabelecidas. O funcionamento do corpo-máquina sendo progressivamente aprimorado para a obtenção de resultados cada vez melhores, o corpo-máquina sendo cada vez mais corpo-útil em uma utilidade cada vez maior.

Quanto mais o sujeito se desenvolve dentro dessa progressão serial, quanto mais ele se torna hábil e produtivo em determinadas atividades, mais ele se prende a elas e tende a continuar realizando essas atividades. Um aluno que tenha sido treinado e desenvolvido suas habilidades de acordo com os modelos científicos cartesianos, provavelmente irá escolher um curso de graduação em acordo com tais

diretrizes. Um trabalhador que tenha se aprimorado em determinada área, dificilmente irá mudar para outra. De forma geral, o desenvolvimento progressivo contínuo especializa o sujeito e o limita à sua especialização, ele pode até conseguir subir de postos hierárquicos, mas naqueles diretamente ligados às atividades nas quais ele foi disciplinarizado.

5.2.4) A composição das forças

A última característica da disciplina apresentada por Foucault (1987) no livro *Vigiar e Punir* é a composição das forças, o modo como as forças de trabalho dos indivíduos são articuladas para se ter um resultado final maior que a soma das partes. É uma organização estratégica onde cada indivíduo ocupa uma posição distinta em articulação com outros para que essa composição possa extrair o máximo de cada um em uma operação coordenada.

Com isso, um outro imperativo temporal se impõe, as velocidades dos gestos individuais passam a ser controladas pelo ritmo de produção coletiva, é necessário que haja uma sincronia dos movimentos que não deixa espaço para pausas ou queda na produtividade individual. Obriga que todos estejam atentos para responder de forma precisa aos comandos que regem o todo.

É o corpo-máquina utilizado como corpo-peça de uma máquina muito maior, onde todas as peças devem funcionar harmoniosamente em suas devidas funções para não comprometer as atividades de todos. É uma técnica que obriga o sujeito a uma cooperação eficaz pela responsabilidade que ele passa a ter em relação à produtividade do grupo ao mesmo tempo que o torna elemento em uma fiscalização coletiva no momento em que sua atividade é impactada por uma falha de rendimento de algum outro indivíduo.

O maior exemplo que podemos pensar provavelmente são os modelos de linha de produção, onde cada funcionário tem um tempo cronometrado para executar suas operações enquanto o produto vai passando em sua frente em uma esteira.

5.3) Os múltiplos dispositivos de poder

Todas as técnicas da disciplina estão presentes de alguma maneira no processo disciplinar, mas não necessariamente de uma forma padronizada, não há algo como um manual da disciplina que institui como ela deve se dar. Durante vários anos essas diferentes técnicas foram se aperfeiçoando nas diversas instituições normalizadoras, muitas variações foram surgindo, as instituições que tinham mais sucesso ou mais influência serviram de inspiração para outras. As pessoas que determinam os processos de uma instituição também foram disciplinarizadas em alguns momentos de suas vidas, portanto acabam reproduzindo mecanismos aos quais foram submetidas. Certamente há estudos e pesquisas que propõem ou compilam métodos, isso também tem um grande impacto na forma como a disciplina se desenvolve. Mas uma grande característica é a sua capacidade de se adaptar a diferentes realidades. Portanto, mesmo havendo essas características gerais citadas anteriormente, elas não devem ser tomadas como modelos rígidos ou estagnados, é preciso compreender a essência delas para encontrá-las, às vezes sutilmente encobertas, nos mais diversos lugares onde podem estar presentes.

É importante destacar que em nenhum momento histórico houve apenas uma única forma de poder, o que sempre existiu foi uma combinação de diversas formas de poder atuando conjuntamente em uma rede de sustentação mútua. Porém, em cada período é possível identificar uma forma de poder dominante que marca as dinâmicas sociais mais do que os demais. A partir das mudanças normalizantes do século XVIII, é a disciplina que ocupa esse lugar (FOUCAULT, 1979).

5.4) O Sujeito como produto do poder

A disciplina não se impõe pela força. Embora ela possa usar coerções ou até outros mecanismos típicos de outras formas de poder, o processo disciplinar só se efetiva plenamente quando ultrapassa o uso desses recursos.

Na dominação, tipo de poder característico da escravidão, a pessoa escravizada é anulada enquanto indivíduo e tomada como objeto, a dominação não permite que haja uma relação de sujeito para sujeito, apenas de senhor para objeto.

Não é essa relação que se dá pela disciplina. Tampouco uma relação de submissão voluntária típica das relações de vassalagem onde um sujeito se curva aos caprichos de outro. Nem a relação de abdicação característica das ordens dos monastérios.

O que há em comum nesses outros tipos de poder é um marco em seu início, são relações formalmente muito bem estabelecidas. A disciplina, ao contrário, se dá de maneira sutil, porém constante, gradativa e em vários níveis (FOUCAULT, 1987).

Com exceção das prisões, a permanência nas instituições disciplinares não é compulsória. Mesmo na obrigatoriedade do alistamento militar, após um relativo curto período de tempo a permanência nas forças armadas é uma escolha do sujeito. A própria obrigatoriedade em se alistar não tem a mesma característica que outras imposições pela força, pois ela é posta de forma democrática, obrigatoriamente igual a todos independente de classe ou posição social. O ingresso nas escolas, com as crianças encaminhadas pelos pais e não por vontade própria, se configura pelo benefício à criança e não como uma subordinação às relações de poder, benefício que em algumas sociedades também é universal a todas as crianças ou, nas sociedades que não há esse acesso universal, é tida como um privilégio para as que podem ou conseguem. A relação de trabalho também não é compulsória, por mais que existam diversas circunstâncias que possam fazer com que um sujeito aceite um trabalho em condições que ele não gostaria, em última instância é esse sujeito que concorda com as condições da empresa e valoriza o fato de ser um trabalhador honesto ao invés de ser visto como um vagabundo delinquente. Até mesmo na prisão, onde o sujeito é mantido à força, ainda é uma situação apresentada como consequência das escolhas de seus atos em liberdade, tudo de acordo com uma norma social pré-estabelecida da qual ele tinha conhecimento prévio. E, enquanto na prisão, ainda é possível que sua pena seja reduzida se ele escolher portar-se da maneira estipulada como adequada.

Outra característica da disciplina que a diferencia dos outros modelos de poderes citados anteriormente é a sua incidência sobre todos. Outras formas de poder necessitam de uma separação nítida e bem definida entre aquele que exerce o poder e aqueles sobre os quais o poder é exercido. A disciplina, ao contrário, tem

alcance global, ela incide sobre todos – o que não significa dizer que seja com os mesmos objetivos ou buscando um tratamento igualitário.

O discurso jurídico a respeito de uma lei que vale para todos que cometeram o mesmo crime, por exemplo, induz acreditarmos que essa lei é justa e serve igualmente a todos. Porém, quando notamos que essa igualdade nas punições só acontece perante os mesmos tipos de crime, começamos a perceber que há uma desigualdade no tratamento da lei durante a tipificação dos crimes, que há uma classe sobre a qual recaem punições mais severas, pois os crimes com as punições mais duras são aqueles que a classe mais pobre comete (os roubos, os crimes contra a propriedade) enquanto os crimes típicos da elite capitalista, como, por exemplo, as evasões fiscais, são todos igualmente tratados como de menor gravidade, mesmo que signifique um desvio de valores absurdamente maiores do que aqueles provindos do roubo de um produto no mercado. Contudo, essa assimetria na tipificação de um crime não é assunto presente no discurso jurídico, há manobras discursivas para justificar racionalmente cada aspecto da diferenciação dos crimes e de suas sanções, porém, o fato das justificativas serem racionais não significa que sejam as únicas nem tão pouco que estejam corretas ou sejam justas. Mas como tais justificativas se embasam no saber técnico do jurista, com uma complexidade inacessível à população em geral, apenas poucos têm acesso a esse debate, os demais são facilmente convencidos de que a racionalidade das justificativas as torna uma verdade inquestionável.

Contudo, mesmo podendo haver diferenças na disciplinarização de diferentes pessoas, classes ou grupos, todos passam por processos disciplinares, todos estão submetidos a normalizações sociais e devem se adequar a elas (FOUCAULT, 1979). Obviamente essas normalizações são diferentes para diferentes classes ou grupos sociais, porém, não existe em nossa sociedade uma figura de um soberano que está acima do poder e que não é atingido por ele. Por maneiras variadas, todas as pessoas em nossa sociedade passam por processos de disciplinarização. Sendo assim, a disciplina não é uma imposição de uns sobre outros, ela se apresenta como um processo natural e normal, típico da vida em sociedade.

Mas talvez o principal aspecto a ser abordado sobre a disciplina não sejam suas técnicas, mas sim sua tática. O que efetivamente define a disciplina como tal é

o objetivo maior que ela busca atingir: a produção de subjetividades de acordo com o poder.

Na medida em que o indivíduo é exposto repetida e continuamente à disciplina, e por ter um entendimento que suas normas não são uma forma de dominação, mas sim uma padronização racional definida pela lógica e voltada à eficácia, ele vai se constituindo de acordo com essas diretrizes apresentadas a ele. A operação conjunta de vários dispositivos disciplinares operando a partir de discursos muito próximos induz o sujeito a adotar para si os valores que esse discurso carrega, pois são amplamente aceitos na sociedade e, portanto, não parecem cabíveis de serem questionados, são, de antemão, tomados como verdadeiros e considerados os mais adequados.

E mesmo no caso de haver algum desconforto ou questionamento, o sujeito sente que não tem condições de debater com as autoridades do saber ou se posicionar contrário a elas a menos que ele faça parte deste seletivo grupo que não reconhece como um dos seus quem não esteja em acordo com seu próprio discurso.

Apesar de atuar no corpo e nos gestos, o alvo maior da disciplina é a subjetividade. Apesar de exercer um controle técnico, sua principal influência é nos valores morais. É justamente por operar de forma direta em um aspecto mas mirar em outro que a ação disciplinar na subjetividade não é óbvia e muitas vezes passa despercebida.

5.5) Os recursos para um bom adestramento

Para conseguir atingir o efeito de produção de subjetividade a partir de suas técnicas de incidência no corpo, a disciplina utiliza três recursos gerais: a vigilância, a sanção normalizadora e o exame (FOUCAULT, 1987).

A vigilância na disciplina é constante, a todo momento devem haver olhos sobre os indivíduos, analisando e avaliando se estão executando corretamente as atividades de acordo com todas as métricas exigidas. A fiscalização não recai somente sobre o resultado da produção em termos de quantidade e qualidade, mas também – e principalmente – sobre como o indivíduo o produz. É uma fiscalização sobre seus gestos, seu comportamento, sua postura, é uma fiscalização das

menores partes, valorizando cada pequeno aspecto e dando-lhes uma grande importância. É uma vigilância que não deixa espaço para subjetividades, que define rigorosamente cada detalhe de como o indivíduo deve agir e portar-se para ser considerado adequado.

Essa vigilância constante só é possível se estiver presente em todos os lugares. O recurso utilizado para isso é a criação de uma rede de vigilância hierárquica, com cargos em uma estrutura piramidal de forma que a base consiga vigiar a totalidade da instituição ao mesmo tempo que é vigiada por pessoas ocupando posições hierárquicas superiores. Um sistema de vigilância que pode contar com cargos especializados em fiscalizar determinados aspectos e coletar dados que servirão para análise e avaliação do indivíduo, mas também para adaptação e aprimoramento das técnicas disciplinares.

Essa vigilância constante e minuciosa cria um outro efeito secundário importantíssimo para que a disciplina aja na subjetividade: a sensação de estar sendo constantemente vigiado. Mais importante do que a vigilância constantemente presente é o sujeito carregar consigo a certeza de estar sempre sob vigilância. Quando isso acontece, quando o sujeito sente-se vigiado a todo momento, ele passa a exercer uma vigilância sobre si mesmo, pois acredita que caso faça algo em desacordo com as normas isso será notado, então ele mesmo permanece em constante estado de fiscalização sobre si para garantir que não desvie dos padrões esperados (FOUCAULT, 1987).

Como logisticamente é muito difícil manter uma vigilância constante sobre cada um dos indivíduos mesmo tendo uma rede de vigilância à disposição para isso, a estratégia da disciplina é olhar sem ser vista, vigiar minuciosamente sem ser possível notar a todo o tempo quem vigia. É importante que o indivíduo esteja sendo vigiado em momentos que ele não possa identificar essa vigilância, causando a sensação de estar sob um olhar onipresente mesmo quando o sujeito não tem ciência sobre ele.

Toda essa vigilância faz efetiva a disciplinarização pela sanção normalizadora, um sistema de punições funcionando como um pequeno sistema penal interno à instituição “com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas

estabelecem uma ‘infra-penalidade’” (FOUCAULT, 1987, p. 149). Definindo normas internas para condutas e situações específicas das diretrizes disciplinares, esse sistema aplica micro-punições como, por exemplo, suspensão de benefícios ou pequenas humilhações.

Essas punições têm caráter de correção. O indivíduo que desvia dos padrões é submetido a essas punições para que ele não volte a se desviar, para que ele aprenda e se corrija. Em alguns casos a punição não vem diretamente de forma ativa, ela pode ser somente uma classificação das qualidades e dos desempenhos individuais, causando desconforto naqueles que são avaliados negativamente ao mesmo tempo em que recompensa os mais adequados, na expectativa que aqueles nas piores classificações se corrijam para serem tão bem reconhecidos quanto os melhores destacados.

O exame é o terceiro recurso da disciplina, uma combinação da vigilância com a sanção normalizante. Ele tem múltiplas funções além de mensurar o quanto os sujeitos estão dentro das normas. A primeira é marcar a diferença de posição hierárquica entre o examinador e o examinado, reforçando que o sujeito está submetido a uma hierarquia. Outra função é reforçar no sujeito o sentimento de estar constantemente sendo vigiado e avaliado por esta instância hierarquicamente superior. O exame também tem a função de manter registros documentais que possam ser subsídios para os saberes existentes e outros a serem desenvolvidos tanto a respeito do indivíduo quanto sobre o próprio sistema disciplinar. Além disso, o exame é uma forma de individualizar em um movimento onde o que está sendo avaliado não são apenas os atos em si, mas, principalmente, o próprio sujeito e suas características individuais, fazendo recair em cada um a responsabilidade sobre seu desempenho na avaliação (FOUCAULT, 1987).

O que podemos perceber sobre esses três recursos da disciplina que Foucault nos apresenta (vigilância, sanção normalizante e exame) é que, se por um lado as quatro técnicas citadas anteriormente agem sobre o corpo, esses três recursos mobilizam subjetivamente. Ao passo que aquelas técnicas produzem movimentos e comportamentos normalizados, esses três recursos provocam sentimentos e esses sentimentos têm impacto na constituição de subjetividade do sujeito.

As relações de poder moldam não apenas os gestos e atividades do indivíduo, mas o sujeito em si, em sua subjetividade. Muito mais do que forças repressoras, o poder exerce uma força produtiva, produzindo um sujeito que seja adequado aos interesses do poder.

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política. (MACHADO, 1979, p. XVI)

5.6) A Diversidade Organizada

Nesse ponto quero propor uma reflexão sobre a disciplina e vou partir de uma outra citação de Roberto Machado para isso:

Tornou-se um hábito explicar o poder capitalista como algo que descaracteriza, massifica; o que implica a existência anterior de algo como uma individualidade com características, desejos, comportamentos, hábitos, necessidades, que seria investida pelo poder e sufocada, dominada, impedida de se expressar. De fato, não foi isso que aconteceu. Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo do poder. (MACHADO, 1979, p. XIX)

O que ele nos diz neste trecho é que não se deve pensar na disciplina como algo que incide sobre uma subjetividade pré-existente buscando anulá-la para massificar, mas, pelo contrário, que a individualidade surge já sob as determinações

da disciplina. A disciplina não opera sobre e a partir de uma individualidade pré-estabelecida, ela age na sociedade para fazer com que as individualidades já surjam de acordo com suas determinações. Ela não opera sobre individualidades existentes, ela as produz.

Porém, a frase sobre a qual quero propor reflexão é aquela que diz sobre a “multiplicidade ordenada” que a disciplina faz surgir. Penso que é possível compreendê-la de duas formas: uma ordenação de múltiplos indivíduos que tendem a uma homogeneidade ou uma ordenação de múltiplas singularidades mais heterogêneas, significativamente distintas.

Certamente, por se tratar de individualidades humanas, não seria concebível uma homogeneidade completa. Da mesma forma também não seria um processo disciplinar se fossem individualidades completamente heterogêneas. Não vou me ocupar aqui sobre tentar identificar o sentido exato que Roberto Machado quis exprimir com esse termo, acho que o importante nessa reflexão que proponho é pensarmos nessa “multiplicidade ordenada” para além do significado estrito pretendido pelo autor.

O primeiro ponto que quero trazer para essa reflexão é uma outra frase também de Roberto Machado neste mesmo texto, algumas páginas antes: “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa” (MACHADO, 1979, p. XIX). A que nada ou ninguém escapa. Essa é uma concepção muito importante sobre a microfísica do poder que será desenvolvida mais profundamente no próximo capítulo. Estou antecipando-a agora para pensar sobre alguns aspectos da disciplina.

Tomando como exemplo o sistema judiciário a partir das mudanças normalizantes do século XVIII, o discurso jurídico de tratamento igual para os mesmos crimes prega uma homogeneidade na incidência do poder sobre os indivíduos, mas as tipificações dos crimes criam uma enorme diferença na maneira como esse sistema trata as diferentes classes sociais. A burguesia e a plebe não sofrem a mesma incidência dos sistemas de poderes jurídico-policia-prisonal, porém, isso não significa dizer que a burguesia não passe pelo sistema disciplinar que produz sua subjetividade. Há diferentes dispositivos e mecanismos disciplinares,

atuando em uma rede da qual ninguém escapa, tanto os sujeitos burgueses quanto plebeus são disciplinarizados, obviamente cada um de uma maneira e por dispositivos específicos.

Por óbvio, a individualidade que a disciplina produz na elite burguesa não é a mesma do proletário ou da população pobre não proletária. Sendo assim, entendo que essa multiplicidade organizada que a disciplina faz nascer comporta uma diversidade de individualidades, de subjetividades. Mas esse exemplo do tratamento diferenciado que o sistema jurídico dá às diferentes classes sociais é apenas um exemplo.

Na escola os alunos são apresentados a diversas matérias e acabam se identificando mais com umas do que com outras. Nas empresas há uma multiplicidade de cargos e funções nas quais os funcionários podem ser alocados e realocados de acordo com as necessidades da empresa, mas também pelas habilidades que o funcionário desenvolveu até então. Há, inclusive, a possibilidade de um funcionário se direcionar para o exercício de uma atividade ou buscar emprego em uma empresa almejando determinada função com a qual se identifique, pois também há uma multiplicidade de empresas que têm suas particularidades, que têm demandas por atividades específicas.

Contudo, essas possibilidades de escolha são limitadas por uma série de fatores, não se trata de uma liberdade plena de escolhas para o sujeito, ele só pode escolher dentre as possibilidades que lhe são apresentadas.

É neste sentido que compreendo a multiplicidade organizada que a disciplina comporta: uma diversidade de possibilidades com vários graus de diferenças, porém, todas previstas dentro de um sistema social amplo e complexo, uma rede de possibilidades que comporta certa heterogeneidade, mas de acordo com uma diversidade pré-estabelecida, com grupos ou categorias padronizados e, internamente a cada um deles, o mais homogeneizado possível, dentre os quais o indivíduo tem uma certa liberdade, mas uma liberdade controlada, para poder escolher com qual se identifica e, a partir daí, desenvolver sua subjetividade. Desta maneira, será sempre uma subjetividade de acordo com uma das possibilidades que a disciplina oferece.

É importante também dizer que essa liberdade controlada pode ser ainda mais restrita para determinados grupos, pois há separações hierárquicas internas nessa diversidade organizada. Fazendo uma metáfora com a distribuição dos corpos, um indivíduo proletário não tem a liberdade de se direcionar para um lugar designado ao burguês; só recentemente as mulheres conseguiram conquistar alguma pouca liberdade de se direcionar para alguns lugares historicamente destinados aos homens; casais homoafetivos só muito recentemente estão conseguindo – só parcialmente – conquistar certa liberdade de se configurarem como família.

Entendo, portanto, que os poderes disciplinares comportam certa diversidade, desde que dentro daquilo que eles consigam organizar para docilizar politicamente e tornar economicamente útil.

A disciplina opera por dispositivos diversos, cada um com suas particularidades, ela é múltipla e está em constante modificação, as vezes de forma bastante rápida. Ela tem uma grande capacidade de se adaptar e comporta mudanças em sua normalização. Desde que o processo continue produzindo sujeitos politicamente dóceis e economicamente úteis, não há problema para a disciplina permitir uma reorganização das multiplicidades e suas diversidades. Desde que essa nova organização esteja sob alguma forma de controle da disciplina, ela ainda estará caracterizada como tal.

6) A MICROFÍSICA DO PODER

6.1) A rede de poderes

O poder não pode ser totalmente compreendido ou explicado através da análise de suas manifestações centralizadas, seja como Estado, modelo econômico, doutrina religiosa, doutrina científica, instituições disciplinares, etc. Ao estudar um tipo e uma única forma de poder – mesmo considerando seus desdobramentos – acabamos estudando apenas um conjunto específico de mecanismos de poder ou um tipo isolado de poder e não toda a complexidade das relações de poder que

permeiam a sociedade. Esta é uma ponderação que Foucault faz a respeito de outros estudos que priorizaram temas ou aspectos específicos da sociedade, como os citados nos exemplos acima, reconhecendo que mesmo havendo estudos importantíssimos e de grande contribuição à sociedade e à vida humana, agora devemos ir além. Sem descartar ou minimizar a importância de outros estudos e conceitos desenvolvidos até então, devemos ir para além deles, entendendo que podem ter muito a oferecer se compreendidos como estudos a respeito de mecanismos ou determinados tipos específicos de poder, mas limitados à abrangência proposta a cada uma destas formulações (FOUCAULT, 1999).

Ter tal entendimento é fundamental, pois para compreender e lidar com as relações de poder e seus efeitos é necessário compreendê-las em sua forma mais ampla. Caso contrário, mesmo que determinados mecanismos sejam superados ou tornem-se obsoletos, ou que determinadas formas de poder deixem de vigorar, não significa que as relações de poder tenham sido extintas, podem, simplesmente, terem se metamorfoseado e continuarem a incidir sobre o ser humano de outra forma ou por outros mecanismos (FOUCAULT, 1999).

Uma das mais importantes características a serem consideradas sobre o poder é que ele é mutável, ele se adapta às relações e às mudanças sociais. Justamente por isso é importante estudar para além de formas de poder específicas e dos mecanismos sobre os quais ele opera. Devemos compreender as relações de poder e seus efeitos em sua maior abrangência, nos diversos aspectos humanos e sociais, para além de qualquer centralidade de destaque, compreender o poder que se enreda em toda a trama social.

Foucault (1995a, p. 242) compreende o poder como “um modo de ação de alguns sobre outros. [...] O poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia em estruturas permanentes”. Para ele, o poder em si não existe como uma unidade elementar com características próprias ou universais, o que existe são práticas sociais pelas quais se estabelecem e se mantêm relações de poder. O poder só existe enquanto ação, não se possui o poder, se exerce. Por isso o poder em si não existe, o que existe são relações de poder (MACHADO, 1979).

O poder é, portanto, uma característica que se apresenta nas relações humanas e pode ser tão diversificado quanto elas. As relações humanas têm naturezas e abrangências diversas, mas sempre entrelaçadas entre si, como parte estruturante do tecido social. Da mesma forma são as relações de poder, “os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social” (MACHADO, 1979, p. XII).

Todo o poder centralizado ou com abrangência macro, como, por exemplo, o Estado, se expande por toda a sociedade, assumindo formas regionais, atingindo a realidade mais concreta das pessoas e penetrando em suas vidas cotidianas, “podendo ser caracterizados como micro-poder” (MACHADO, 1979, p. XII). Porém, nem todo micropoder é um desdobramento do macro; e mesmo os que são, por sua característica mutável, podem desdobrar-se em algo novo e independente.

Sendo assim, todo tipo de poder faz parte de um “sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa completamente” (MACHADO, 1979, p. XIII). Nem o controle nem a destruição de determinadas instâncias de poder “é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade” (MACHADO, 1979, p. XIII). Neste sentido, é possível compreender que as análises de Foucault têm como objetivo também servirem de instrumento de luta, articuladas com outros instrumentos, contra essas relações de poder.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 1979, p. 183)

Esta compreensão fez Foucault estudar o micropoder sem partir do macro, uma estratégia metodológica comprometida em romper com qualquer ideia que considere o poder como algo centralizado em determinada instância. Mesmo reconhecendo a importância que os órgãos centralizadores desempenham nas relações de poder, Foucault faz uma análise ascendente do poder, partindo dos micropoderes até chegar aos macropoderes, demonstrando “que os poderes funcionam como uma rede de mecanismos a que nada ou ninguém escapa” (MACHADO, 1979, p. XIX), uma rede que sustenta todos os poderes presentes na sociedade, sem a qual nenhum poder macro que funcione pela normalização conseguiria se estabelecer ou se sustentar.

6.2) A capilarização do poder

As relações de poder moldam não apenas as ações do sujeito, mas o sujeito em si. Muito mais do que forças repressoras da individualidade, o poder exerce uma força produtiva, produzindo um indivíduo que seja adequado aos interesses do poder. O que interessa ao poder não é impedir as atividades ou a participação na sociedade, mas sim gerir a vida dos indivíduos para controlar suas atividades e sua participação política. O interesse é tornar o sujeito economicamente útil e politicamente dócil (MACHADO, 1979).

Retomemos o dito anteriormente a respeito da compreensão de Foucault sobre o poder: “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 183). Portanto, ao agir na constituição do indivíduo, o poder não apenas regula os atos do sujeito como uma força externa, ela conduz o indivíduo a identificar-se com seu discurso e adotá-lo para si, incorporando-o em sua própria subjetividade. Ele não cria apenas indivíduos obedientes, ele produz sujeitos que se identificam com seu discurso e com suas normas.

Um efeito do caráter onicompreensivo do dispositivo disciplinar é que ele tende a intervir não só de maneira contínua pela função-sujeito, mas também ao nível das virtualidades, das disposições, das

*vontades, ou seja, ao nível do que se pode chamar a "alma".
(CASTRO, 2009, p. 116)*

Desta forma, as ações destes sujeitos são expressões de sua subjetividade, mas uma subjetividade moldada pelos poderes vigentes. Quando dito anteriormente que Foucault tinha como objetivo de seus estudos "criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos" (FOUCAULT, 1995a, p. 231), fica agora bastante clara a sua necessidade de estudar as relações de poder que atuam neste processo.

As escolas, prisões, conventos, exército, fábricas, manicômios e hospitais são exemplos estudados por Foucault de instituições disciplinares. Neles fica bastante evidente a forma como a disciplina atua. Mas também há mecanismos sutis, que atuam de modo imperceptível para um olhar menos criterioso. Os estudos de Foucault sobre os dispositivos de sexualidade trazem exemplos de como o processo disciplinar pode estar presente para além de instituições formais, como ele se capilariza na família e em diversas outras relações sociais (MACHADO, 1979).

Como o poder faz com que as subjetividades se desenvolvam a partir de suas determinações, os valores que esses sujeitos carregam e suas ações espontâneas nas relações cotidianas são inevitavelmente em acordo com o poder. Esses sujeitos acabam atuando como centros de transmissão do poder em seus círculos sociais, nas suas relações interpessoais. Espontaneamente esse sujeito passa a vigiar seus pares e os outros indivíduos da sociedade. Quando reage a alguma situação conflitante com os valores que carrega – seja de maneira expressa ou com sutilezas – ele está reproduzindo os mecanismos de poder, mas o incômodo que ele sente é algo que verdadeiramente incomoda essa subjetividade produto do poder. Quando conversa com outros indivíduos e defende suas próprias opiniões e posicionamentos, ele também está propagando o discurso do poder pelo qual se constituiu, pois esse discurso ele adotou para si e o tem internalizado. E se confrontado, o sujeito defenderá que suas ações e posicionamentos são sua honesta forma de ser, agir e pensar, pois de fato é, ele apenas não percebe que essas suas características são produtos do poder.

Conforme exposto anteriormente, “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 1995a, p. 231). O poder disciplinar, portanto, age também a partir dos indivíduos disciplinarizados. Toda a rede de relações sociais é uma via pela qual o indivíduo é submetido à disciplina e, ao mesmo tempo, uma via pela qual os próprios indivíduos compõem os mecanismos disciplinares.

Ao longo da história, a disciplina utilizou diversos dispositivos e mecanismos. Durante muito tempo a religião teve papel central na disciplinarização, diretamente ou via instituições ligadas aos seus dogmas. Com a entrada na modernidade, a religião e suas instituições perderam influência na sociedade e novos tipos de mecanismos disciplinares foram desenvolvidos. As escolas como conhecemos hoje são fruto deste aprimoramento dos mecanismos disciplinares. As fábricas, indústrias, minas, locais de trabalho em geral, também passaram a servir a este propósito.

Porém, esses ainda são exemplos de instâncias com certa medida de centralização do poder. Um exemplo dos mecanismos da disciplina operando de forma periférica e pulverizada é o papel da família. Se, por um lado, a família colabora para a disciplinarização ao introduzir os filhos em instituições disciplinares, como a escola e a igreja, por exemplo, por outro lado, a própria família exerce o papel de dispositivo disciplinar (CASTRO, 2009). A família, conforme os padrões das atuais sociedades ocidentais, tem um formato bastante definido, mesmo que esse formato comporte ajustes e variações, são sempre muito próximos do arranjo tradicional. Este modelo quase homogêneo de família é fruto de uma normalização social amplamente aceita e quase nunca questionada, é fruto de uma disciplinarização social. No momento em que se compõe em moldes próximos do tradicional e reforça esse modelo, a instituição *família* torna-se um agente disciplinarizador ao mesmo tempo que é fruto do poder disciplinar, assim como cada membro desta família, por ação direta ou influência indireta.

Como a constituição do sujeito é produto do poder, todas as suas ações e posicionamentos nas várias relações sociais são espontaneamente em acordo com o poder, reproduzindo o discurso internalizado e atuando como ponto de transmissão deste poder. É essa a microfísica do poder, é desta maneira que o

poder se capilariza na sociedade. Ele não está presente em um lugar ou outro, ele se dissipa por todas as partes e, justamente por isso, apresenta-se como algo natural e muitas vezes passa despercebido.

7) BIOPOLÍTICA

7.1) A política da vida

A biopolítica em conjunto com a disciplina é o que Foucault (1988) denomina de Biopoder. Com as mudanças sociais a partir do Renascimento e Iluminismo, nossa sociedade voltou a valorizar a compreensão do ser humano enquanto ser biológico, surgiram, então, as ciências e as técnicas sobre o corpo. A Disciplina passou a agir sobre o corpo-máquina biológico para aprimorá-lo e melhorar seu desempenho, sua produtividade, sua utilidade econômica. Em complemento à disciplina surgiu também a biopolítica, que parte de uma instância centralizadora, a política em sua forma institucional, o Estado, e age sobre a vida da população. A disciplina é uma “anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, 1988, p. 131), enquanto essas políticas de Estado configuram-se como “uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Diferente de modelos de Estado anteriores, com poder baseados no direito do soberano que ameaça de morte o dissidente, a biopolítica estabelece um novo direito político que a autoriza atuar sobre a vida – e assim moldá-la aos seus interesses. “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Este modelo de política carrega um discurso de valorização da vida, prega melhorá-la e prolongá-la. Distingue-se dos anteriores na medida em que passa a gerir a vida social com estratégias muito mais regulatórias do que repressoras. De maneira análoga à disciplina – que busca produzir sujeitos adequados a ela – a biopolítica busca produzir uma população em funcionamento adequado para seus interesses de poder.

À medida em que a disciplina atua sobre o indivíduo com o intuito de gerir sua vida, a biopolítica atua na sociedade buscando gerir a vida social. À medida que a disciplina normaliza o ser humano, a biopolítica normaliza a sociedade.

Como a disciplina – que adota estratégias produtoras de subjetividade –, a biopolítica utiliza principalmente estratégias que conduzem a população à sua finalidade esperada muito mais do que a coíbe de realizar atos indesejados. Lógico que devemos considerar que nenhum tipo de poder existe por si só, portanto há estratégias de poder repressivo que fazem parte da rede de poderes que sustenta a biopolítica, porém, essas não são as estratégias principais.

Esta regulação social acontece por meio de ações como, por exemplo, políticas urbanísticas, sanitárias, educativas, etc. São políticas que visam ordenar a população com o intuito de controlá-la e otimizar sua produtividade (FOUCAULT, 2008b). De maneira análoga à disciplina, a biopolítica busca tornar a grande massa da população produtiva de acordo com os interesses do poder e dócil a ele.

Ao passo que a disciplina age pela individualização, a biopolítica adota a estratégia da massificação. Ela incide sobre uma população de indivíduos – já inseridos nos processos disciplinarizadores –, os massifica e determina regulamentos. Regulamentos esses que vão valorizar a vida, que vão servir para garantir e melhorar as condições de vida dessa massa, uma forma de gerir a vida da população.

Apoiada nos saberes científicos, a biopolítica vai determinar as condutas e hábitos da sociedade, assim como seu funcionamento geral, incluindo a arquitetura das cidades, os dispositivos de serviços oferecidos, os usos dos recursos e uma série de outras políticas e leis voltadas para a gestão da vida da população apoiadas na racionalidade e na burocracia.

7.2) A Normalização na gênese e manutenção das relações de poder

Uma das grandes características da biopolítica e também da disciplina é a importância da norma:

um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder desta natureza tem que qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (FOUCAULT, 1988, p. 135)

O primeiro dispositivo normalizador da biopolítica foram as políticas médicas e a regulamentação das cidades a partir de critérios da higienização. Como o corpo foi o primeiro objeto que o capitalismo teve que se apropriar, a medicina teve um papel de destaque na organização política das cidades para manter esses corpos saudáveis e produtivos. Com a industrialização das cidades e o consequente adensamento populacional, começou-se a temer as epidemias como as que haviam sido comuns nos séculos anteriores, pois elas poderiam interromper as produções das fábricas por doenças ou morte dos operários.

Foi nesse contexto que surgiu a medicina social. Os médicos que antes prestavam serviços exclusivamente particulares passaram a trabalhar para o Estado a fim de garantir a saúde da população. Foram adotadas normas de higienização na arquitetura urbana e nos hábitos das pessoas (FOUCAULT, 1979).

Passaram a se preocupar em deixar as cidades arejadas, a modificar os locais e funcionamento dos cemitérios, garantir a qualidade da água, dar melhores destinos ao esgoto e a determinar quais seriam as possibilidades de ocupação dos espaços. Casas que antes estavam amontoadas tiveram que passar a respeitar regulamentos de construção e manterem entre si um espaço considerado adequado para a circulação do ar. Com isso, foram determinados os locais onde as pessoas poderiam construir suas casas e a quantidade de casas que poderiam ser construídas nestes locais. Algumas casas foram demolidas para tornar a cidade

mais saudável (FOUCAULT, 1979). Conseqüentemente, com regulamentos impedindo o amontoamento das casas, novas zonas de habitação foram surgindo, os lugares mais disputados foram ainda mais valorizados e ocupados por pessoas com melhores condições econômicas, enquanto aos mais pobres restava morar em locais menos valorizados. Até hoje usamos o termo higienização (apesar dele recentemente estar sendo substituído pelo termo gentrificação) para determinar o processo de valorização imobiliária – quase sempre fruto de políticas de urbanismo – que expulsa a população mais pobre de determinadas regiões e as obriga a morar nas periferias.

Com as políticas de higienização das cidades vieram as políticas de fiscalização. Uma polícia médica era autorizada a fiscalizar as condutas das pessoas para verificar se estavam de acordo com os regulamentos de saúde. De maneira análoga à disciplina, o redesenho das cidades foi uma distribuição dos corpos dentro de uma hierarquia social; a polícia médica foi outro dispositivo de vigilância que incidiu sobre a população.

Começaram a realizar registros sobre a saúde pública e surgiram novos mecanismos de controle. A natalidade e a mortalidade foram duas das primeiras preocupações. A população precisava estar em equilíbrio, se houvesse um grande aumento populacional ou o oposto, um aumento no índice de mortalidade, isso teria impacto direto na economia. Portanto, o Estado começou a se ocupar desses números e estabelecer políticas públicas para manter o tamanho da população sob controle. “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

Se há tantas analogias possíveis entre as técnicas da disciplina e da biopolítica, não é uma simples coincidência. Como todo poder existe em uma rede com outros poderes, é natural que haja influência entre eles. Porém, as similaridades entre o funcionamento da disciplina e da biopolítica são mais do que influência de uma sobre a outra, são consequência de uma natureza em comum: a lógica normalizadora que conduz os indivíduos ou as massas a se adequarem aos interesses destes poderes.

Conforme explica Foucault:

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a "norma". A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 1999, p. 302)

Portanto, nossa sociedade está sob um poder que se encarregou da vida em geral, o Biopoder. Ele opera em dois pólos distintos, o do corpo e o da população, mas é o mesmo biopoder tanto da disciplina quanto da biopolítica. Um poder normalizador que produz vida e subjetividade, ou seja, produz vida e controla a forma como ela acontecerá.

7.3) O Racismo de Estado

Apesar de todo o exposto sobre o biopoder, essas elaborações não são ainda suficientes para o compreendermos totalmente. Ele é um poder que produz vida, que suas ações fazem viver e sua omissão deixa morrer. Ele não é mais como o poder do soberano que adota a postura de tomar ações que podem fazer morrer. Mas isso não é totalmente verdade, visto que há ações ativas deste biopoder que diretamente provocam a morte e têm esse objetivo – algumas vezes velado, mas ainda presente. As situações de guerra, são um exemplo, ou a polícia armada que

pode matar um delinquente em um confronto para proteger um bem material – em relação a isso há até algumas pessoas ingênuas que acreditam que o uso de força letal se dá apenas em situações de autodefesa para proteger a vida do policial, mas mesmo que isso fosse verdade, ainda seria incoerente um poder que se baseia em um discurso de melhorar e prolongar a vida achar aceitável um policial entrar em um confronto potencialmente letal para defender um bem material. Até mesmo a definição de fazer viver e deixar morrer, em antagonismo com o cruel poder do soberano, possui uma contradição com o discurso de valorização à vida, pois se esse discurso carregasse valores efetivamente verdadeiros, esse poder não poderia deixar morrer.

É ai, creio eu, que intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

Com efeito, o que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incubiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incubiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma fissura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer fissuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT, 1999, p. 304-305)

A segunda função que Foucault cita é a função de dar à biopolítica o direito de matar. Estabelecendo a segregação de raças em termos biológicos, campo por

onde a biopolítica opera, é criada uma ideia de que algumas raças são superiores. Sendo assim, as raças inferiores são uma ameaça genética e matá-las garante a pureza e a qualidade das vidas que importam, “é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo” (FOUCAULT, 1999, p. 306).

E esse direito de matar não é simplesmente o da execução direta, é também o genocídio indireto, expor à morte ou multiplicar o risco de morrer. E não é apenas a morte física, biológica, mas também a morte política, a expulsão, a rejeição.

Pode-se compreender, primeiro, o vínculo que rapidamente - eu ia dizer imediatamente - se estabeleceu entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder. No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato - ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) -, tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los.

[...] Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento. Mesma coisa com a loucura, mesma coisa com as anomalias diversas.

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa. [...] Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico hostilidades que estariam voltadas para eles ou agitaram o corpo social. Eu creio que é muito mais profundo do que uma velha tradição, muito mais profundo do que uma nova ideologia, é outra coisa. A especificidade

do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. (FOUCAULT, 1999, p. 307-309)

É importante destacar aqui que quando Foucault se refere ao racismo ele o faz de maneira ampla, englobando qualquer tipo de racismo que possa existir. No Brasil estamos habituados a entender por racismo a discriminação dos brancos para com os negros. Quando Foucault se refere ao racismo, esse racismo fortemente presente no Brasil está incluído, mas também estão a relação entre o colonizador e os povos originários, o anti-semitismo nazistas, a xenofobia interna em um país contra imigrantes, a xenofobia externa de um país em relação a outro – o que, inclusive, é bastante presente durante as guerras e que faz com que elas muitas vezes se tornem uma guerra entre raças e não apenas uma disputa política. O termo racismo aqui é usado por Foucault como qualquer tipo de hierarquização racial na qual a raça concebida pelo poder como inferior é uma ameaça à superioridade de sua própria raça e, portanto, justifica o genocídio como modo de preservar a vida, mas as vidas que importam ao poder.

Não é por acaso que os armamentistas são, em sua maioria, da “raça” mais próxima ao poder e se justifiquem com o discurso de defesa da própria vida – mesmo os dados mostrando que ao possuir uma arma a pessoa tem mais chances de morrer em um acidente ao manuseá-la do que precisar utilizá-la para defesa.

A ligação que Foucault cita sobre o racismo e a criminalidade também explica o motivo pelo qual as prisões que, conceitualmente, serviriam para reformar o sujeito, em todos momentos se mostrou ineficaz nessa tarefa, mas até hoje é o principal meio de punição dos mais pobres. Mesmo com os índices de reincidência mostrando que as prisões mais formam do que reformam delinquentes – essa classe tão necessária ao sistema capitalista.

Em uma articulação muito próxima com o racismo, o próprio conceito de Guerra às Drogas surgiu nos EUA durante a década de 1980 em um movimento

político de combate ao tráfico de substâncias ilícitas que passaram a ser consideradas uma ameaça à saúde pública. Respaldados em uma lógica de valorização da vida, essa Guerra serve de respaldo para incursões agressivas contra a própria população e contra outras nações (SANCHES; ROCHA, 2011). Fazendo jus ao nome, opera em uma lógica de Guerra que permite ações militares em meio à própria população civil. No Brasil, essa política se estabeleceu em 1988, pouco tempo após a queda da ditadura militar, “como um mecanismo de manutenção do estado de exceção instaurado pela ditadura brasileira, em um ordenamento estatal que seria predominantemente biopolítico” (SANCHES; ROCHA, 2011, p. 79). Com a justificativa de proteção à vida combatendo a ameaça das drogas, o estado exerce o poder soberano de morte dirigido contra a própria população, resultando em uma maioria de vítimas inocentes como “efeito colateral” de operações militares que promovem chacinas nas favelas.

A Guerra às Drogas é mais um exemplo de como o Biopoder se respalda em discursos médicos e biológicos para normalizar o que é considerado uma vida saudável. Com isso, conduzir atos que muitas vezes mais causam prejuízos à saúde ou atentados à vida, pois recaem na lógica de que apenas algumas vidas importam ou alguns estilos de vida são mais dignos de serem preservados.

7.4) As discriminações normalizadas

Podemos – e devemos – pensar em diversas situações onde a normalização biomédica atinge violentamente muitos grupos, seja como pretexto para o exercício do poder soberano ou como forma de estabelecer relações de poder. Os exemplos a seguir são alguns desses casos.

Os pesquisadores Casal e Bicalho (2011) mostram como a homofobia e a transfobia são responsáveis pela morte de muitas pessoas. Não apenas a morte física, mas também a morte política ou social, pela exclusão. Quando Foucault diz, no trecho citado acima, que “assim como a criminalidade foi pensada em termos de racismo, ocorreu a mesma coisa com as anomalias diversas” (FOUCAULT, 1999), ele refere-se a tudo aquilo que o discurso do biopoder determina como anomalias.

No princípio de preservação da vida e melhora na sua qualidade, são definidos os padrões a serem valorizados e busca-se exterminar os demais.

A homofobia produz efeitos diretamente relacionados com estratégias do biopoder. A agressão a um indivíduo tenta regular comportamentos (tanto de performances de gênero quanto demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo) e serve de exemplo para toda a comunidade homossexual – ‘transgrida e corra este risco’. Este elo entre a agressão do outro e a possibilidade de ser o ‘próximo’ se dá através da identidade sexual; ela se torna, então, uma estratégia de controle dos sujeitos. [...]

O medo da homofobia se espalha como um dado natural e reafirma as estratégias do biopoder. [...] O medo atende às estratégias do biopoder quando reforça as identidades sexuais essencializadas, esvazia o debate público e fortalece um modelo de judicialização da vida e dos conflitos. (CASAL; BICALHO, 2011, p. 60-61)

Historicamente a homossexualidade foi muito utilizada na mesma lógica do racismo para permitir que o Estado exercesse o poder soberano de matar. O pesquisador e professor de direito, Douglas Soares (2020), nos lembra que os nazistas condenaram aos campos de concentração tanto os homossexuais quanto os judeus. Ele também destaca: “no Brasil, práticas disseminadas do ódio ao coletivo LGBTQI [...] levaram o país a ocupar o ranque, de modo vergonhoso, como um dos países mais perigosos para se viver” (SOARES, 2020, p. 168). Mesmo que não seja por uma ação direta do Estado, a sua omissão ou letargia perante dados tão alarmantes é parte de sua biopolítica.

Omissão e letargia que não ocorrem somente em relação às mortes da população LGBTQIA+ ou à população vítima do racismo.

Os grandes índices de feminicídio expõem mais uma dessas situações. As violências contra as mulheres também estão em índices alarmantes (MOTA; MELLO; COSTA, 2021). Uma segregação que se baseia na dicotomia biológica do masculino e feminino, mas que institui poderes de cunho político. Tal como o racismo, a sociedade patriarcal não é novidade advinda das formas de poder atuais, mas também se torna recurso do biopoder. Há diversos discursos que buscam justificativas biológicas e evolutivas para a discriminação contra o tido como “sexo frágil”, mas que não passam de um artifício para estabelecer relações de poder.

Historicamente cabe às mulheres os cuidados com os filhos e o lar, mesmo essas sendo tarefas possíveis de serem tão bem realizadas independente do gênero. É muito comum escutarmos o argumento de que o corpo da mulher é feito para dar a vida e cuidar dela, mas sabemos com clareza que não há motivos reais para a gestação e a amamentação (únicas capacidades realmente impossíveis aos homens cisgênero) justificarem a segregação que ocorre.

Uma série de dispositivos normalizadores propagam os conceitos de como as mulheres devem ser e se portar, submetendo-as a uma normalização de interesse político apoiada única e exclusivamente no determinante biológico de gênero. A pesquisadora Marcela Cordeiro (2015) explicita o discurso normalizador em uma série de revistas voltadas ao público feminino. Discursos com temas de saúde e beleza, mas que na prática impõem hábitos, estética, alimentação e padrões físicos. Discursos que se apresentam como preocupação com a saúde e qualidade de vida, mas que na prática estabelecem relações de poder ao determinarem como uma mulher deve ser e portar-se.

Esse mesmo discurso sobre a saúde é a causa de muitas discriminações em relação aos corpos, discriminações que recaem principalmente sobre as mulheres, mas também afetam os homens. Contraditoriamente é também a causa de muitos problemas de saúde e mal estar psíquico. A anorexia, bulimia e vigorexia são consequências diretas da gordofobia, assim como depressão e ansiedade. O discurso de saúde do biopoder cria esse tipo de segregação de caráter biomédico como estratégia política de controle e influência nas vidas dos sujeitos (SILVA; CANTISANI, 2018).

O exemplo da gordofobia deixa explícito que as fragmentações do contínuo biológico não estão presentes apenas nos mecanismos de racismo, mas também em diversos outros dispositivos. Se no racismo servem para autorizar o Estado a matar, essas outras formas de segregação servem para normalizar. Faz parte da estratégia do biopoder (tanto da biopolítica quanto da disciplina) difundir um discurso sobre um padrão otimizado e produtivo como sendo a maneira de obter uma melhor qualidade de vida, desqualificando todas as formas de corpos e subjetividades que não se adequem a esta lógica.

O biopoder estipula o que é normal e o que é anormal, tanto em condutas quanto em forma do ser, física e subjetivamente. Uma forma de desvalorizar tudo que não se enquadre nas normalizações e, conseqüentemente, valorizar tudo que se enquadra. “O medo da anormalidade passa a povoar as instituições de forma radical e as pessoas com deficiência, traduções deste horror, seriam objeto de uma construção coletiva, da grande narrativa capacitista” (DIAS, 2013). Desde A História da Loucura, já encontramos em Foucault as críticas ao que hoje concebemos como capacitismo. Inicialmente em relação àqueles com o que se entendia como doença mental, mas em escritos posteriores ampliadas a tudo que era considerado anormal, ou seja, fora da normalização do biopoder, a tudo que era tido como inferior por não se encaixar nas normalizações bio-produtivistas do corpo-máquina-útil.

a grande família indefinida e confusa dos “anormais”, cujo medo obcecou o final do século XIX, não marca apenas uma fase de incerteza ou um episódio pouco feliz na história da psicopatologia; ela se formou em correlação com um conjunto de instituições de controle, com uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e, ao ter sido quase inteiramente recoberta pela categoria de “degenerescência”, deu lugar a elaborações teóricas irrisórias, porém a efeitos duramente reais (FOUCAULT, 2001, p. 413)

Foucault faz essa elaboração sobre os “anormais” como uma categoria de “degenerescência” utilizada pelo biopoder para distribuição, vigilância e controle. Há uma segregação entre os diferentes corpos e isso reforça quais são as múltiplas diversidades que o poder comporta e quais características são marginalizadas por não se adequarem aos interesses do poder.

Essas segregações normalizadas entre as raças, gêneros, orientações sexuais e formas do corpo, dizem respeito às características que podem ser compreendidas como próprias do indivíduo, que ou ele carrega em si ou não. Mas essa segregação não é sobre isso, é sobre controle político e utilização econômica, não apenas destes grupos segregados, mas também como estabelecimento de padrões normalizados aos quais todos indivíduos devem se submeter.

O etarismo mostra que para além das características próprias do indivíduo, a normalização incide até sobre um dos aspectos mais elementares de toda a vida: o envelhecimento. O historiador Agra do Ó (2008), em um estudo sobre a história da velhice no Brasil, nos mostra que ao final do século XIX nossa sociedade estava investindo a velhice de novos sentidos. Passou-se a considerar que “as idades definiam o ser dos sujeitos, [...] a vida dos homens podia ser dividida em etapas, a última das quais deveria ser associada à idéia de decadência” (AGRA DO Ó, 2008, p. 41).

Dentro da lógica produtivista, a velhice relacionada ao cansaço, à queda de rendimento, passou a ser um marcador social ligado a características a serem evitadas. Estudos médicos começaram a desenvolver saberes sobre a velhice e o biopoder tornou efetiva essa segregação, instaurando uma nova normalização de interesse duplo: um novo contraste que valoriza a juventude ativa e produtiva; e um novo tipo de controle sobre a população, dizendo como esses sujeitos velhos – e economicamente pouco úteis – deveriam ser e quais hábitos deveriam ter.

Há a discriminação que serve para dar ao biopoder o direito soberano de matar; e há a discriminação usada para respaldar a sujeição dos indivíduos à normalização. Se a primeira é característica da biopolítica, a segunda está presente em todos os mecanismos do biopoder. Todas as formas de discriminação sustentam-se em uma lógica normalizadora que qualifica, classifica e hierarquiza as diferenças, estabelecendo padrões a partir dos quais o poder regulamenta a população e normaliza os sujeitos.

8) LUTAS CONTRA O PODER

8.1) O Sujeito Livre como prerrogativa do poder normalizador

As considerações sobre o micropoder mostram que ele opera ao conduzir os sujeitos a se constituírem dentro de uma diversidade organizada que este poder comporta. Uma relação de poder, conforme compreendida por Foucault, não se impõe pela força ou violência, mesmo que possa fazer uso dela como parte de suas

estratégias. Tampouco é da ordem do consentimento, não é a transferência de direitos ou poderes delegados a alguns – mesmo que estas sejam condições para que o poder surja e se mantenha – “a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso” (FOUCAULT, 1995a, p.243).

Uma relação de poder é um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. (FOUCAULT, 1995a, p.243).

É importante termos bem claro que o poder conforme entendido por Foucault é aquele que só pode ser exercido sobre um sujeito livre e no exercício de sua liberdade:

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação de outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas - a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) - mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. (FOUCAULT, 1995a, p. 244)

O poder se dá, portanto, quando consegue conduzir o sujeito a exercer sua liberdade de acordo com as normalizações que interessam ao poder. Como o poder

não pode eliminar a liberdade do sujeito, ele não consegue eliminar as forças de resistência contra suas determinações. Por isso, sempre onde há poder haverá luta, necessariamente. O embate entre o poder e as lutas antagônicas a ele é constante e fazem parte de um jogo com o qual o poder deve conseguir lidar. Quando a insubordinação ao poder ultrapassa o seu controle, resta a ele apenas “buscar um substituto na coerção pura e simples da violência” (FOUCAULT, 1995a, p. 244). Portanto, o poder consegue suportar certa insurgência e deve ser capaz de lidar com ela dentro do próprio campo de liberdade, pois caso o sujeito exerça sua liberdade para além das determinações do poder, o próprio biopoder deixa de existir na forma como funciona em nossa sociedade.

Se há poder normalizador operando, isso significa dizer que obrigatoriamente há movimentos de luta e resistência contra ele, porém dentro de um âmbito que ainda esteja sob controle do próprio poder, em um mecanismo social de enfrentamento constante.

É esta condição que permitiu a Foucault estudar o poder através do estudo das forças antagônicas a ele.

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. [...] Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações (FOUCAULT, 1995a, p.234).

Deste modo, é possível estudar o poder sem ser conduzido pelos próprios poderes vigentes. É possível, inclusive, usar este método para analisar as instituições que desempenham papel importante na organização das relações de poder sem ser contaminado pelos saberes sustentados por elas. Ao analisar as instituições, deve-se, portanto, analisá-las a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1995a).

8.2) As lutas contrapoder

Foucault estudou diversas lutas contra o poder e, ao estudá-las, encontrou elementos em comum entre elas, concluindo que todas: 1) São transversais, ou seja, independentes de modelos econômicos ou de governo; 2) Objetivam os efeitos do poder e não suas estruturas; 3) São imediatas em dois aspectos, primeiro por lutarem contra as instâncias mais próximas que exercem o poder diretamente nos indivíduos, contra o inimigo imediato e não contra o “inimigo mor” (FOUCAULT, 1995a, p. 234) e, segundo, por não almejarem soluções mais amplas e estruturais para o futuro, como revoluções, por exemplo.

Além destas três características de caráter mais operativo, Foucault elenca outras três características de caráter mais originário que as primeiras: 4) Lutam pela liberdade de ser individualmente diferentes e garantia de ser socialmente iguais; 5) Opõem-se aos efeitos relacionados aos privilégios do saber. Não se trata de um dogmatismo ou negacionismo científico, mas de um questionamento sobre a relação saber-poder; 6) Recusam os modelos impostos de subjetividades que ignoram quem somos individualmente.

Para Foucault (1995a, p. 235), “o objetivo destas lutas é atacar não tanto 'tal ou tal' instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder [...] que aplica-se à vida cotidiana imediata, [...] que subjuga e torna sujeito a”. Ou seja, as lutas sociais não têm como objetivo primário atacar as instituições de poder em si, mas sim os efeitos imediatos de poder que eles exercem.

Se por um lado as três últimas características, aquelas de um caráter mais originário, nos mostram que as resistências ao poder insurgem contra as imposições normalizadoras pelas quais o poder é exercido, por outro lado, as três primeiras características mostram que o campo de resistência destas lutas é restrito às normas e técnicas que incidem sobre elas, que as atingem diretamente na vida cotidiana imediata. Foucault identifica, portanto, que apesar das lutas terem a característica em comum de insurgirem contra a lógica normalizadora que lhes é imposta, nenhuma ataca diretamente esta lógica em si, o ataque é direcionado aos efeitos do poder e, portanto, a algumas normas específicas.

O caráter mutável e adaptativo do poder e de suas normas propiciam que este jogo seja mantido ao longo do tempo. Caso uma luta vença o embate e determinada norma seja superada, ela pode ser reeditada ou substituída. Nesta dinâmica de exercício de poder e resistência a ele, mesmo que determinados efeitos do poder sejam extintos, ele ainda garante seu funcionamento adaptando-se e determinando novas formas de conduzir o sujeito contra as quais ainda não haja resistências com força o suficiente para abalar suas estruturas, pois o foco das lutas são os efeitos do poder e não essas estruturas.

Nem o controle nem a destruição de determinadas instâncias de poder “é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade” (MACHADO, 1979, p. XIII).

Quando Foucault (1988) fala sobre o racismo como um mecanismo essencial para o funcionamento de um Estado que opera pelo biopoder, ele propõe uma reflexão sobre a ligação desta dinâmica com o sistema capitalista. Como esse tipo de racismo é uma estratégia fundamental para um Estado operar pelo biopoder e o biopoder é uma estratégia fundamental para sustentar o capitalismo, temos essa ligação direta entre o racismo de Estado e o sistema capitalista. Porém, Foucault cita o exemplo da União Soviética para mostrar que o biopoder pode se estender para além do capitalismo: esse tipo de poder não foi criticado pelo Socialismo e “foi retomado por ele, desenvolvido, reimplantado, modificado em certos pontos, mas de modo algum reexaminado em suas bases e em seus modos de funcionamento” (FOUCAULT, 1988, p. 313). Como consequência, os regimes socialistas passaram a utilizar um modelo adaptado de biopoder e, inevitavelmente, apresentaram os mesmos mecanismos de racismo de Estado.

Nem mesmo um movimento popular como a Revolução Russa no século XX foi suficiente para evitar as influências e sedimentação do modelo de biopoder que já havia sido bastante desenvolvido durante os dois séculos anteriores. Retomando a primeira característica dentre as seis citadas acima sobre as lutas contrapoder: elas ocorrem independentemente de modelo econômico ou de governo.

Mesmo sendo uma consequência histórica do Capitalismo, o biopoder possui mecanismos que o permitiu continuar se desenvolvendo sem estar ligado

necessariamente a um sistema capitalista. A adaptabilidade do biopoder lhe oferece condições de manter bases sólidas independente de mudanças em sistemas estruturantes de sua existência. Esse aspecto é explicado pela compreensão de sua microfísica: ao oferecer um discurso lógico e racional sobre as melhores possibilidades para o desenvolvimento da vida e ao produzir subjetividades identificadas com esse poder, permitindo-o capitalizar-se na sociedade, o biopoder estabelece suas bases alicerçadas não em grandes fundações, mas em muitas pequenas fundações que formam uma grande rede, o que lhe garante a possibilidade de se reorganizar mesmo com a queda de seus maiores pilares.

8.3) O inimigo-mor

Se as bases do biopoder estão alicerçadas em toda a malha social e nem com grandes lutas sociais históricas nós conseguimos superá-lo, seria o biopoder inevitável ou impossível de ser superado?

Por certo essa é uma pergunta essencialmente especulativa e Foucault não se propõe a oferecer respostas dogmáticas, mas podemos fazer algumas ponderações a partir das elaborações já apresentadas. Retomando a terceira das seis características citadas sobre as lutas, aquela que fala sobre serem imediatas, quero propor analisá-las decompondo-as nos dois aspectos deste imediatismo.

O primeiro diz sobre as lutas direcionarem-se contra as instâncias mais próximas e não contra o “inimigo mor”. Essa expressão – inimigo mor – o próprio Foucault escreve entre aspas, não é um termo sobre o qual ele tenha elaborado conceituações, mas podemos pensar a respeito dele e do sentido que Foucault quis exprimir. Se compreendermos o inimigo mor como a mais alta posição hierárquica em uma instituição, não seria coerente, primeiro porque muitas lutas se voltam contra essas instâncias, a exemplo dos movimentos sindicais que negociam diretamente com os donos das empresas; em segundo lugar – e mais importante – a microfísica do poder nos mostra que o poder centralizado não pode ser compreendido como manifestação máxima do poder, é apenas uma de suas formas e não é a mais impactante ou a mais importante em termos estruturais. Mesmo que as lutas personifiquem o poder em quem ocupa o cargo hierárquico máximo, essa

pessoa estaria muito mais próxima de ser o inimigo imediato ao qual Foucault se referiu.

O inimigo mor também não pode ser compreendido como o Estado ou o sistema político-econômico, visto o próprio exemplo citado sobre a Revolução Russa e as mudanças bastante radicais nas estruturas do Estado e do sistema político-econômico, mas que não foram suficientes para impedir o exercício do biopoder. Até mesmo essas instâncias macro-sociais ainda parecem instâncias mais imediatas cuja queda não atingiu significativamente as bases do biopoder a ponto de derrotar esse inimigo-mor. Talvez esse seja efetivamente o inimigo mor: o próprio Biopoder.

O segundo aspecto do imediatismo das lutas diz respeito ao tempo, em buscas por soluções imediatas para problemas urgentes, mas, de acordo com Foucault, não almejem soluções mais amplas e estruturais para o futuro, como revoluções. Bem, certamente várias lutas foram proponentes de diversas mudanças nas estruturas sociais para o futuro, muitas delas que Foucault acompanhou de perto e algumas nas quais foi militante bastante ativo. Ainda utilizando o exemplo da Revolução Russa, citado por ele, esse foi um movimento popular que tinha como objetivos mudanças permanentes nas estruturas do poder, assim como outros movimentos que Foucault conhecia bem. Pode parecer, então, uma incoerência Foucault dizer que as lutas são imediatistas e não almejam soluções amplas e estruturais para o futuro, mas o texto no qual ele diz isso, *O Sujeito e o Poder* (1995a), foi um texto que ele se propôs a escrever com a finalidade de organizar para o leitor as conceituações que ele havia feito ao longo de seus estudos, portanto não seria cabível um equívoco ou uma escrita relapsa. Essa é a obra mais recente que eu utilizei para embasar tudo que escrevi até aqui, ela foi escrita em 1982 e Foucault faleceu em 1984, portanto também não há a possibilidade de ser um conceito antigo e caducado.

Portanto, quando ele disse isso, podemos considerar que tinha efetivamente o intuito de dizê-lo. Nos resta, então, compreender a que ele se referia ao falar sobre soluções mais amplas e estruturais para o futuro. Ele nos dá exemplos do que isso seria: “liberações, revolução, fim da luta de classe” (FOUCAULT, 1995a, p. 234). Mas há na história recente liberações como resultado de lutas sociais. A própria

Revolução Russa, a despeito do nome, foi efetivamente um processo revolucionário que buscou não apenas o fim do regime anterior como também o fim da luta de classe típica do capitalismo.

Talvez a crítica que Foucault faz sobre a União Soviética nos ajude a compreender o que ele considera ser esse imediatismo das lutas quando diz que o biopoder não apenas não foi criticado pelo Socialismo como também não foi “reexaminado em suas bases e em seus modos de funcionamento” (FOUCAULT, 1988, p. 313).

Se compreendermos, portanto, que o inimigo mor das lutas é o Biopoder, realizar qualquer outra mudança social sem reexaminar suas bases e modos de funcionamento pode provocar mudanças bastante significativas na sociedade, mas não vamos ter superado a lógica de poder que efetivamente provoca as imposições normalizadoras contra as quais as lutas insurgem. Mesmo que haja a extinção de uma norma específica ou de um grupo de normas contra as quais lutamos ou mudanças radicais nas estruturas sócio-políticas e no funcionamento do Estado, a natureza mutável do biopoder vai permiti-lo se adaptar a essa nova realidade e continuar operando na sociedade, podendo modificar a diversidade organizada de subjetividades que ele permite emergir, mas ainda restringindo todas as outras. Teremos resolvido um ou alguns problemas imediatos, mas outros relacionados a esse mesmo tipo de poder irão surgir no futuro.

E dizendo isso não quero desmerecer ou desqualificar nenhuma das importantíssimas conquistas das lutas até agora, pois há situações urgentes que precisam de soluções imediatas – isso é inquestionável –, pois quem está sendo afligido tem essa urgência em relação àquilo que está doendo e, muitas vezes, as matando. Mas essa é uma outra característica ardilosa do poder, fazer ou permitir que surjam urgências contra as quais as pessoas irão lutar e, eventualmente, conseguir conquistas efetivas que serão experiências reais de vitória, ao passo que o poder se adapta à nova realidade e não é abalado em suas estruturas.

Se é na microfísica que o poder se sustenta, esse é um local bastante complicado de ser combatido, pois estamos falando literalmente de todas as pessoas e relações sociais; e certamente não são as pessoas que devem ser

combatidas. Mas como esse poder não está localizado em nenhuma instância, como combatê-lo?

Reexaminado-o em suas bases e em seus modos de funcionamento, temos um poder que se sustenta racionalmente em um discurso normalizador, mas que seus resultados ultrapassam a razão ao produzir subjetividades, ao influenciar o íntimo dos indivíduos em sua vida psíquica, em nível cognitivo e emocional. Suas bases não encontram-se localizadas em nenhuma instância, mas sim na malha social onde cada indivíduo é ponto de transmissão deste poder.

Ao contrário de outras formas de poder, o biopoder não pode ser localizado porque ele em si não existe, ele não é uma determinação externa imposta sobre o indivíduo, ele é a aceitação de uma lógica social normalizadora por cada um dos sujeitos livres e em exercício de sua liberdade, uma liberdade controlada, verdade, mas controlada não por um inimigo-mor supremo, controlada por cada um de nós ao transmitirmos direta ou indiretamente essas normalizações, seja em nossas ações, em nossas omissões ou em nossos julgamentos de valores que recaem sobre os outros e suas formas de ser, agir, pensar e portar-se.

Percebemos o grande significado das palavras de seu biógrafo quando fala sobre Foucault: “cuja obra inteira pode ser lida como uma insurreição contra os poderes da ‘normalização’”. (ERIBON, 1990, p. 12)

Combater o biopoder implica, portanto, em uma mudança de lógica social, no modo de agir e pensar, coletiva e individualmente, implica em cada um de nós não mais transmitirmos essa normalização. Mas como fazer isso? Passei os últimos cinco anos estudando Foucault para conseguir compreender mais profundamente as dimensões mais amplas do problema. Buscar soluções é uma tarefa muito mais complexa e impossível de ser realizada por uma única pessoa.

Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista. (FOUCAULT, 1995b, p. 256)

9) CONCLUSÃO

O Poder não existe, não é uma instância autônoma que exista por si só, ele só passa a existir quando é exercido, quando se manifesta em ato; não é um objeto ou uma condição que se possa ter, é uma ação executada. É, portanto, algo que se dá em uma relação e se torna uma característica presente nela, por isso que Foucault diz sobre relações de poder.

O ser humano é um ser relacional, nossa vida se dá a partir das diversas relações que estabelecemos nos mais variados âmbitos: relações amorosas, familiares, profissionais, amizades, relações interpessoais, etc. E não apenas relações um a um, de um indivíduo com outro, mas também na forma como grupos interagem entre si. Há uma complexa rede de relações nas quais a vida humana acontece e nas quais é possível que haja ações de poder.

Por se dar nessa emaranhada rede social, uma relação de poder só existe enquanto entrelaçada com outras relações de poder, em uma trama que integra o tecido social e as próprias relações humanas. Não há relações de poder que surjam ou operem de forma isolada, mesmo que possamos distinguir algumas de acordo com suas características ou âmbito de incidência na sociedade ou sobre determinados grupos de pessoas, elas nunca operam sozinhas.

Existem poderes que são exercidos a partir de instâncias centralizadoras, porém, apesar de terem força expressiva, essa não é a maior nem a principal forma de poder em nossa sociedade. Mesmo os poderes que partem de alguma centralidade, como, por exemplo, o Estado ou instituições, só se tornam efetivos quando se capilarizam e permeiam as relações humanas, quando adotam características autônomas e passam a não depender mais da instância centralizadora que inicialmente o propagou, podendo, inclusive, permanecer mesmo que o órgão central deixe de existir ou perca sua força.

O poder com maior impacto em nossa sociedade é o micropoder, o poder exercido na microfísica das relações sociais, de diferentes formas e em diversas relações cotidianas, por onde se perpetua e passa a ter caráter estrutural para as dinâmicas sociais.

Isso acontece porque o poder constrói ou apropria-se de discursos considerados como Verdade, que irão sustentá-lo e pelos quais ele será difundido. E aqui entende-se como discurso não apenas o que é falado, mas todo o conjunto de valores explícitos e implícitos, institucionalizações, técnicas, direcionamentos do comportamento, todo um conjunto de normas e determinações que o discurso propaga como corretas e são aceitas e reproduzidas pela sociedade.

Valendo-se destes discursos, o micropoder se instala e se dissemina através daquilo que Foucault chama de Disciplina, um conjunto de técnicas que tem como objetivo moldar os indivíduos em suas ações e subjetividades. O poder disciplinar não é o único tipo de poder que incide sobre as pessoas, nenhum tipo de poder existe ou é exercido isoladamente, mas ao longo da história humana podemos identificar que sempre há um que se destaca. Em nossa sociedade, o poder disciplinar é o que se sobressai.

A disciplina passou a ser a forma de poder dominante com a Revolução Francesa, com a ascensão da burguesia e a consolidação do capitalismo. Ela opera em uma estratégia de produção de subjetividade, suas técnicas e táticas têm o intuito de direcionar os indivíduos a se constituírem dentro de algumas possibilidades variadas, porém definidas pelo poder. Ela já existia antes, mas foi somente depois da queda do poder monárquico que a disciplina foi aprimorada e passou a ser a principal forma de poder.

Ao contrário do poder da dominação, que se impõe pela força e busca anular toda individualidade que o ameace, a disciplina se impõe pela norma e produz efeitos que conduzem o indivíduo a desenvolver sua própria subjetividade em acordo com os interesses desse poder.

A disciplina usa um conjunto de técnicas que define o lugar que as pessoas devem ocupar, quais atividades elas devem realizar, o tempo pelo qual devem dedicar-se a essas atividades e como devem se portar. É fácil percebermos as ações da disciplina em instituições como escolas, prisões e empresas, mas ela também opera na microfísica das relações sociais e é aí onde tem maior força. A família é uma instância disciplinar, os grupos dos quais fazemos parte, as relações cotidianas, o conjunto de normas sociais que adotamos como corretas, tudo que

tenta definir a forma como devemos ser, agir e qual lugar podemos ocupar na sociedade faz parte do vasto conjunto de dispositivos disciplinares.

O poder disciplinar não se impõe pela força, embora possa fazer uso dela como recurso em algumas situações. A sua principal estratégia é produzir subjetividades em conformidade com seus interesses. Ela busca tornar o indivíduo um sujeito produtivo de modo que possa utilizar sua força econômica e sustenta-se de forma lógica e racional apoiada sobre discursos socialmente aceitos como verdade, discursos que o indivíduo não tem como desqualificar a menos que pertença a um seleto grupo de especialistas e pessoas notórias tidas como qualificadas para deliberar a respeito.

Desta forma, cabe aos indivíduos apenas acatar as determinações pré-estabelecidas e socialmente sedimentadas sobre como ele deve ser, agir e portar-se, sem que haja possibilidade efetiva de questionar o modo como a sociedade funciona.

A disciplina se impõe e se justifica pelo uso da razão e objetiva a produtividade. Quando ela direciona o indivíduo, ela assim o faz apoiando-se em justificativas racionais que buscam o melhor desempenho possível dentro do tempo determinado, produtividade mensurada por métricas definidas pelo próprio poder disciplinar. Na escola, somos direcionados a aprender matérias já definidas para alcançarmos o objetivo final: a nota. Esse é um exemplo bastante claro de como os indivíduos são direcionados a uma produtividade de acordo com parâmetros já pré-estabelecidos sem sua participação. O discurso da disciplina apresenta justificativas racionais e lógicas que se bastam para fundamentar essas pré-definições, porém, ainda é um processo de racionalização do qual o indivíduo não tem a oportunidade de participar e modificar caso não se identifique com ele. A racionalização das justificativas apresentadas pelo poder disciplinar encerra as possibilidades de seus argumentos serem questionados e debatidos. O indivíduo que não se encaixa nas normas é compreendido como desviante e precisa ser corrigido para se adequar à sociedade disciplinar.

A disciplina exerce uma vigilância constante para garantir que as ações e os comportamentos estejam em acordo com suas normas. Mais do que uma vigilância onipresente, a disciplina faz com que o sujeito sinta-se constantemente vigiado, seja

por um agente institucional, seja por seus pares ou pelos olhares das pessoas que o cercam no seu cotidiano.

Essa vigilância dos indivíduos em relação aos seus comportamentos e desempenho nas atividades serve também como coleta de dados que podem ser analisados para a construção de saberes que vão retroalimentar a própria disciplina, seja em suas técnicas de adestramento ou em suas táticas para convencer os indivíduos a acreditarem que as normas que lhes são apresentadas são de fato a melhor possibilidade e que não é necessário nem cabível questioná-las.

A disciplina define o que é certo e o que é errado, o que é melhor e o que é pior, as condutas adequadas e inadequadas, apresenta suas métricas produtivas – lógicas e racionais – como verdadeiras e inquestionáveis por quem não faz parte da seleta gama de especialistas ou pessoas com notoriedade para deliberar sobre o assunto. Ela induz os indivíduos a lhe darem crédito e seguirem suas determinações. Ela faz com que os indivíduos sintam-se constantemente vigiados para que estejam todo tempo de acordo com suas normas. Ela faz com que os indivíduos acreditem que suas normas são objetivamente as melhores formas de ser e agir.

A principal tática da disciplina não é coagir o indivíduo a seguir suas normas, apesar dela também se valer deste recurso como ferramenta em alguns momentos, a principal tática da disciplina é permitir uma diversidade controlada de possibilidades com as quais os indivíduos possam se identificar e desenvolver sua subjetividade a partir delas. A disciplina não busca a homogeneização total dos sujeitos, ela comporta uma certa pluralidade desde que estejam dentro das suas normas e sirva aos seus interesses.

A disciplina faz emergir uma diversidade ordenada de subjetividades, o indivíduo é alvo do poder disciplinar e a sua constituição enquanto sujeito é produto deste poder. Pela disciplinarização as pessoas passam a se identificar com algumas das diferentes possibilidades que lhe são apresentadas e constituem suas individualidades. Essa identificação faz com que a subjetividade seja desenvolvida em acordo com o escopo apresentado pelo discurso disciplinar. O sujeito passa, então, a internalizar esse discurso que diz respeito ao caminho que escolheu e, conseqüentemente, passa a agir de acordo com ele, reproduzi-lo, e defendê-lo, pois

é um discurso que ele adota para si. A partir deste ponto, esse sujeito em acordo com as normas disciplinares passa a ser agente de reprodução do poder disciplinar e fiscal sobre as outras pessoas que possam eventualmente transgredir alguma dessas normas sobre as quais sua subjetividade se apoia. O sujeito torna-se politicamente dócil à disciplina por estar de acordo com o discurso que ela apresentou-lhe e a partir do qual ele se constituiu como sujeito.

Outra tática da disciplina em nossa sociedade é a difusão do discurso produtivista e sistemas de aperfeiçoamento gradual e contínuo das forças produtivas dos sujeitos. Dentro das possibilidades que a disciplina comporta, ela direciona o sujeito a aprimorar gradual e continuamente suas atividades, consolidando cada vez mais sua forma de ser e agir e tornando-o cada vez mais produtivo e economicamente útil ao poder.

A disciplina, portanto, age sobre uma massa heterogênea de indivíduos e os faz emergir enquanto sujeitos em acordo com uma diversidade limitada de possibilidades a partir das quais irão exercer determinados papéis produtivos na sociedade. A disciplina produz sujeitos politicamente dóceis e economicamente úteis. Esses sujeitos são fabricados pelo poder disciplinar, mas, ao mesmo tempo, são seus defensores e propagadores, agindo como agentes disciplinarizadores e fiscais das normas com as quais passaram a se identificar.

Outra forma de poder que opera em conjunto e de forma complementar à disciplina é a Biopolítica. Uma forma de poder que parte de uma instância centralizadora: a política institucionalizada, o Estado. Ao passo que a disciplina age sobre os indivíduos, a Biopolítica tem como seu alvo a população de forma geral, enquanto massa. Ela define como a sociedade vai funcionar, como os espaços vão ser geridos, como as pessoas podem ocupar e utilizar esses espaços, como será a infraestrutura de determinadas regiões, o quanto cada região será valorizada, como se dará a mobilidade das pessoas, quais condutas a população deve ter, quais hábitos são saudáveis, quais ações podem ou não ser realizadas. Enfim, como a população deve se comportar. A combinação tão íntima entre disciplina e biopolítica configura o que Foucault chama de Biopoder.

O termo Biopolítica está diretamente relacionado com o discurso que o sustenta. No período monárquico o rei tinha poder supremo e poderia ordenar a

execução de alguém, ele detinha o poder de fazer alguém morrer ou deixar viver. A Biopolítica funciona na lógica oposta, seu discurso é de promover a vida das pessoas, ela determina a melhor maneira de viver, diz quais são as melhores práticas da sociedade para ter uma vida melhor, assim passa a gerir a vida da população oferecendo os recursos necessários para que essa vida se desenvolva em acordo com os interesses deste poder. Ao inverso do poder monárquico, o biopoder é uma política sobre a vida e a gerência da vida. O biopoder tem o poder de fazer viver ou deixar morrer.

Apesar de partir de instâncias centralizadoras, a biopolítica também se capilariza no tecido social e também tem efeito disciplinar. Biopolítica e disciplina operam em conjunto designando como os indivíduos e populações devem se portar e como devem conduzir suas vidas. Ambos operam direcionando as pessoas a se identificarem com seus discursos e, com isso, acatarem suas normas por estarem de acordo com elas.

Não há uma forma de poder que exista ou se exerça isoladamente, as várias relações de poder se entrelaçam e compõem a trama social. Relações de poder diversas se entrecruzam e se sustentam mutuamente, mesmo quando muito distintas. Relações de poder de diversas naturezas, em vários formatos, com diferentes conteúdos e direcionadas a aspectos diferentes da vida humana formam uma rede de poderes da qual ninguém escapa. O que não significa dizer que não haja resistência, muito pelo contrário, sempre onde há o exercício de poder há possibilidade de resistir a ele. Uma vez que este poder não é imposto prioritariamente pela força e sim pelo direcionamento da forma como o sujeito irá se constituir, esse poder não pode anular as possibilidades de escolha dos indivíduos, ele precisa que as pessoas escolham e se identifiquem com uma das possibilidades de diversidade contemplada por ele. Há, portanto, a possibilidade do indivíduo rejeitar tais imposições e resistir às determinações do poder, em um movimento de contrapoder.

Quando essa resistência não é apenas de alguns indivíduos isolados e começa a se configurar como uma resistência de um grupo expressivo da sociedade, temos o que compreendemos como luta social.

Assim como há diversas relações de poder – e justamente por isso – há também diversas lutas contra as formas de poder e não poderia ser de outra maneira. Cada uma tem seu escopo e, além disso, dentro delas há vários movimentos e grupos que se distinguem pelas compreensões sobre suas causas, estratégias de ações, âmbito de atuação, afinidades de filiação, etc.

Porém, se considerarmos os estudos de Foucault, todas são lutas contra relações de poder. Obviamente cada luta tem suas particularidades que não podem ser desprezadas ou minimizadas, mas não vamos entrar nas especificidades de nenhuma delas, mesmo cientes de sua existência e importância ao se pensar em uma ou outra luta em particular. Seguindo a proposta desta pesquisa, vamos nos ater aos aspectos que possam ser comuns às diferentes lutas, buscando aspectos gerais das relações de poder e as possibilidades de luta contra elas.

O poder vigente está preparado para lidar com resistências de uma parcela dos indivíduos, ele prevê que isso irá acontecer. Na medida em que essa insurgência começa a tomar maiores proporções, ele se adapta, desenvolve novas estratégias e ajusta seu discurso, adaptando suas normas. Muitas das diferenças de uma sociedade em um espaço de tempo historicamente curto, como as diferenças de uma geração para outra, são em decorrência desta adaptação do poder para diminuir as resistências a ele.

A rede de poder que opera em nossa sociedade é grande e complexa, fruto de um sistema de poder que foi aperfeiçoado durante mais de dois séculos. Porém, todas as mais diversas e mais elaboradas relações de poder que compõem essa grande rede têm algo em comum: as normas. Mesmo as relações de poder mais distintas sustentam-se nas normas, seus discursos difundem e são embasados em normas socialmente aceitas e na aceitação social de que devemos seguir determinadas normas que estão nas estruturas de nossa sociedade.

O que as diversas relações de poder têm em comum não é alguma ou algumas normas específicas, é o seu funcionamento sustentado por normas que, de forma geral, a sociedade acata e não questiona (exceto os insurgentes). As normas estão na gênese e manutenção das relações de poder. É pela aceitação e identificação com as normas e com o que elas representam e propiciam que essas formas de poder podem estabelecer-se de forma predominante e conduzir os

indivíduos e a população na sua forma de serem, agirem e ocuparem seus lugares designados na sociedade. Há, portanto, uma constante que propicia estas formas de poder: a aceitação da lógica normalizante.

Em nossa sociedade é amplamente aceito que devemos ser e agir de acordo com as normas, explícitas ou implícitas, desde as normas mais formais e objetivas até aquelas informais que compõe os hábitos e costumes, que são tradicionalmente transmitidas porque já são habituais. A sociedade disciplinar só é possível porque vivemos em uma sociedade que se respalda fortemente em normas para regular as atividades e as pessoas, tanto em suas ações, seu papel na sociedade e na constituição de suas subjetividades.

Quando as resistências contra alguma norma ou técnica do poder se tornam muito ruidosas, o poder se adapta, ele pode desenvolver novas estratégias e adaptar suas normas até que elas contemplem grupos insurgentes e eles passem a se identificar com os novos moldes do poder. O importante para o poder não é manter uma ou outra norma específica, desde que os sujeitos estejam politicamente docilizados e sejam economicamente úteis, não há problema para o biopoder ajustar seu discurso e modificar algumas normas para incluir em seu funcionamento aqueles que insurgiram às normas antigas.

O que tornou o biopoder o tipo de poder vigente foi sua eficácia. É muito mais eficaz quando o poder permite que os indivíduos se identifiquem com seus discursos ao invés de se impor sobre eles. Quando os próprios sujeitos disciplinarizados são pontos de transmissão do poder e fiscalizam uns aos outros, esse poder consegue sustentar-se muito mais do que aquele que se impõe pela força.

E parte da eficácia do biopoder deve-se à sua capacidade de se aprimorar e se adaptar, mantendo-a sempre atual mesmo em uma sociedade como a nossa, que passou por tantas mudanças em tão pouco tempo na história.

As normas que excluem podem mudar, os discursos podem se adaptar, a diversidade organizada nas quais os sujeitos podem se constituir pode ser ampliada. Desde que ainda haja a aceitação de normas que determinem quem devemos ser e como devemos agir, quanto maior a parcela da população que estiver em acordo com essas normas melhor para o sistema de poder, pois maior será o número de

peças politicamente dóceis e adestradas para uma produtividade economicamente útil.

Quando diz sobre as lutas sociais em termos gerais, Foucault fala que todas lutam contra o inimigo imediato, que não almejam soluções revolucionárias para o futuro, que objetivam os efeitos do poder enquanto tal e não a instituição do poder em si. Bem, é perceptível na sociedade atual e durante nossa história o quanto lutas sociais modificaram o *status quo* da sociedade, o quanto tiveram conquistas importantíssimas e inquestionáveis. Mas, mesmo assim, ainda vivemos em um sistema normalizador de individualidades e hierarquizador da sociedade.

Compreendo que quando Foucault diz sobre o inimigo imediato e sobre os efeitos do poder, ele está se referindo às normas contra as quais as diversas lutas insurgiram e eventualmente possam até ter conseguido modificar ou extinguir. Mas isso não foi e não será suficiente para uma revolução, pois não atinge as bases do poder em si, apenas modifica algumas prerrogativas, mas permite que o poder se adapte, se transforme e continue presente docilizando e utilizando as pessoas de acordo com seus interesses, um poder reconfigurado, mas ainda o mesmo, com personagens diferentes, mas nos mesmos papéis.

Enquanto a sociedade continuar baseada em uma lógica normalizadora que permite qualificar, classificar e, conseqüentemente, hierarquizar e segregar as formas de subjetividade e papéis sociais dos indivíduos, estaremos sob a regência do mesmo sistema que exclui e oprime. Mesmo que determinada exclusão e opressão pare de incidir sobre determinado grupo, outras poderão surgir, ou esses mecanismos ainda poderão recair sobre outro grupo já existente ou ainda a ser inventado. Os sujeitos ainda serão docilizados dentro de novas normas e suas forças econômicas exploradas ao máximo. Ainda não haverá plena liberdade de ser individualmente diferente e garantia de ser socialmente igual.

REFERÊNCIAS²

AGRA DO Ó, A. **Velhices imaginadas**: memória e envelhecimento no nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945). 2008. 227f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

BAKUNIN, M. O Império Cnuto-Germânico. In: GUÉRIN, D. (org.). **Textos Anarquistas**. Tradução: Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 2002.

CASAL, L. C. B.; BICALHO, P. P. G. Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 10, n. 2, p. 57-64, 2011.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

CORDEIRO, M. T. **Corpo feminino e biopoder**: beleza e saúde na revista Capricho (1954-1963). 2015. 93f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

DEFERT, Daniel. Cronologia. In: FOUCAULT, Michel. **Problematização do Sujeito**: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Coleção Ditos e Escritos. Vol I. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1999.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência**; São Paulo. 2013.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além da hermenêutica e do Estruturalismo). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A História da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Forense-Universitária, 1977.

_____. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8. ed. Tradução ALBUQUERQUE, M. T. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Tradução ALBUQUERQUE, M. T. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. L'extension sociale de la norme. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. III. Paris: Gallimard, 1994a.

_____. Conversazione con Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1994b.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além da hermenêutica e do Estruturalismo). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995a.

_____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além da hermenêutica e do Estruturalismo). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995b.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: GALVÃO, M. E., São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução BRANDÃO, E., São Paulo: Martins Fontes. 2001.

_____. Poder e Saber. In: **Ditos e escritos**: Estratégia, Poder-Saber. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. Gerir os Illegalismos [1975]. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault**: Entrevistas. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Edições Graal, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves – 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução BRANDÃO, E. São Paulo: Martins Fontes. 2008b.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MOTA, T. H.;MELLO, R. S. V.; COSTA, A. A. Femicídio: a grande violência do país. LIBERTAS: **Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 296-321, jan./jul. 2021.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

SANCHES, R. R.; ROCHA, L. C. Poder soberano e biopolítica no combate às drogas no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 10, n. 1, p. 75-88, 2011.

SILVA, B. L.; CASTISANI, J. R. Interfaces entre a gordofobia e a formação acadêmica em nutrição: um debate necessário. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**. Rio de Janeiro. v. 13, n. 2, p. 363-380, 2018.

SOARES, D. V. A discriminação à homossexualidade na história do totalitarismo nazista: os triângulos rosas esquecidos dos campos de concentração e trabalhos forçados. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo. v. 14, n. 3, p. 163-199, 2020.